

Concepção e prática: uma breve história do movimento sindical¹

Introdução

É fundamental lançar mão da história para melhor pensar o presente, suas contradições e as ações necessárias que possam construir as mudanças coerentes com o projeto político que adotamos. A fim de que sejam possíveis tais ações na esfera sindical, é imprescindível desenvolver uma reflexão mais cuidadosa sobre o próprio movimento sindical. No entanto, para não cairmos em visões burocráticas, idealistas ou pragmáticas, é necessário identificar, com clareza, o ponto de apoio do movimento. As contradições internas, diferenças, projetos políticos distintos estão sempre sujeitos à força da luta de classes. As condições objetivas da classe pesam sempre com mais intensidade sobre a vontade dos militantes. Contudo, o projeto político guarda a capacidade criativa e inovadora de homens e mulheres. Os homens fazem sua história, não como querem, é verdade, mas fazem sua própria história. Abdicar dessa vocação significa optar por não alterar a correlação de forças entre as classes principais.

O que incrementa o projeto político, aquilo que o oxigena, é justamente a capacidade de análise do momento atual, para discernir, com o máximo de clareza, a tática correta. Certamente a prática altera a vida real, as próprias condições objetivas e subjetivas. Mas o que permite a realização de uma prática com o máximo de eficácia para implementação do projeto socialista são os instrumentos de análise: as ferramentas conceituais e as peças da história. Por isso, uma das finalidades desse texto é apresentar instrumentais teóricos e históricos para melhor pensar o movimento sindical no momento no qual vivemos e contribuir para a elaboração de táticas que possam, de fato, alterar a correlação de forças a favor dos trabalhadores. Não podemos esquecer que somos sempre homens e mulheres do nosso tempo, ainda que o passado seja uma escola para melhor atuar no presente e o produto da ação no tempo atual é o que constrói o futuro.

Nesse sentido, o texto apresentará o movimento sindical em uma linha do tempo dividida em 7 grandes fases. Linha esta impregnada de projetos políticos e determinada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mas é bom que fique claro que o texto se sustenta em uma posição política: a defesa do sindicalismo classista, que busca o fim da contradição entre capital e trabalho. Tal objetivo estratégico, que orienta a ação atual do sindicalismo com base em um projeto socialista, não pode deixar de marcar suas contradições. Ou seja: o movimento sindical almeja o seu próprio fim. Assim como os trabalhadores socialistas possuem a consciência que serão os próprios coveiros da classe, o sindicalismo combativo sabe que seu projeto almeja o fim dos sindicatos. Os sindicatos são instituições forjadas no mundo burguês que devem assumir o papel de aparelhos privados de hegemonia a favor dos trabalhadores. No entanto, são tensionados, todo o tempo, a seguirem como aparelhos ideológicos do capital. Essa é sem dúvida uma das maiores contradições motivada, fundamentalmente, pela própria contradição de classe.

As sete grandes fases do sindicalismo no Brasil estão assim situadas na linha do tempo:

Primeira Fase

A etapa corresponde à Primeira República, quando o Estado brasileiro ainda era oligárquico e não havia nenhuma intervenção estatal no movimento.

Segunda Fase

A etapa inaugurada no primeiro Governo de Vargas, na década de 30, quando se começa a formar o Estado propriamente capitalista e institui-se uma série de instrumentos de controle e intervenção estatal.

Terceira Fase

Essa etapa está relacionada ao crescimento do capitalismo e da economia, a partir da década de 50, com o chamado desenvolvimentismo.

Quarta Fase

A quarta etapa é marcada pela Ditadura Militar, época em que os sindicatos sofrem a invasão de “corpos estranhos”, lideranças são cruelmente perseguidas e há perseguição direta ao conjunto das diretorias contrárias ao regime imposto.

Quinta Fase

A quinta etapa dá-se na abertura, na chamada Nova República, quando há uma ascensão do movimento operário que desemboca na fundação do PT e da CUT.

¹ A última atualização desse texto foi realizada em fevereiro de 2005.

Sexta Fase

A sexta etapa marca-se pela implementação do neoliberalismo no Brasil, registrada a partir da década de 1990. No interior dessa fase brota uma sétima.

Sétima Fase

Nessa fase não há superação da sexta; pelo contrário, acentuam-se os aspectos que marcaram as relações de trabalho em plena era neoliberal no Brasil. O que, na realidade, caracteriza o que aqui se chama de sétima fase são as contradições geradas, fundamentalmente, pelo Governo Lula. Ainda que não tenhamos saído do neoliberalismo, as contradições entre as classes e entre agentes de classe, no momento atual, são absolutamente distintas dos Governos anteriores (de Collor a FHC). Nessa etapa nada mais tem o mesmo significado e o papel dos partidos de esquerda e da CUT sofreu profunda mudança.

Embora não necessariamente haja menção direta a esta ou àquela fase na discussão desenvolvida a seguir, toma-se por referência essa organização no tempo; por isso, mantém-se a Cronologia apresentada. Dessa forma o texto se torna mais sistêmico e, muito provavelmente, mais fácil de compreender e absorver. O que resta é convocar a todos a uma leitura crítica dessa pequena contribuição destinada, fundamentalmente, a um módulo de curso básico na formação sindical.

Sindicalismo no Brasil até a década de 30

No início do último século, os sindicatos se organizavam livremente e os trabalhadores montavam suas estruturas de classe da forma que lhes conviesse. Isto não quer dizer, entretanto, que não havia a interferência do Estado. Ela se dava de outra maneira, através do controle repressivo feito pela polícia e por medidas que colocavam organizações trabalhistas na ilegalidade. O aparelho repressor funcionava para conter as reivindicações sociais. O principal alvo eram os anarquistas que se consolidavam com a imigração italiana. Libertários, democráticos e contra a legalidade e o Estado, os anarquistas eram defensores, de primeira ordem, do sindicato livre e autônomo. No caso desta tendência, não é nem necessário dizer sua radicalização quanto à liberdade dos sindicatos - contra o Estado, contra os partidos e profundamente classistas, os anarquistas defendiam a autonomia dos trabalhadores e incomodavam firmemente os representantes do Estado burguês.

Como os anarquistas eram contra organizações formais e legais, visto que eram profundamente críticos a qualquer tipo de burocratização, apostavam nas organizações livres dos operários para alcançarem seu objetivo. Seu objetivo estratégico era criar uma sociedade sem Estado e sem classe. Acreditavam que isto se daria por meio de um ato insurrecional que seria, segundo eles, alavancado por uma grande greve geral. É certo que, com esta visão, eles encontraram nos comunistas (também nos socialistas) seus principais adversários no movimento operário classista. Entretanto, no Brasil, os próprios anarquistas (em sua grande maioria) fazem uma inflexão para o comunismo, pois são influenciados pela revolução de 1917 na Rússia. Com isto, a partir da década de 1920, temos duas correntes expressivas no movimento operário: Anarquistas e Comunistas. Mesmo assim, as duas correntes se identificavam na defesa da liberdade sindical. Mesmo que os comunistas, ao se utilizarem da prática de fazer do sindicato “correia de transmissão” do partido, tenham muitas vezes colocado em xeque à autonomia dos sindicatos, defendiam-nos como organizações livres.

As tentativas de controle do Estado no movimento operário, antes da década de 30, eram bastante claras. Em 1907 foi aprovada a lei Adolfo Gordo, que impunha a expulsão do Brasil de líderes operários estrangeiros. Mesmo assim os anarquistas reagiram, resistiram às ofensivas legalistas e buscaram a organização livre da classe como instrumento fundamental para o combate classista. Em 1908 fundaram a COB, que nesta primeira fase durou somente um ano, pois não resistiu à grande repressão que sofrera. Mesmo nesse exíguo tempo, a Central levantou e difundiu as bandeiras da liberdade sindical e lutou incansavelmente pelas oito horas de trabalho (entre outras reivindicações).

O governo cria vilas operárias, faz assistencialismo, tenta cooptar os trabalhadores e em 1912 organiza um Congresso Trabalhista. Há então uma nova reação dos setores combativos e em 1913, em um Congresso com mais de 100 delegados, buscam reorganizar a COB. Com o advento da primeira guerra, os trabalhadores sofrem um novo baque e as condições de vida dos trabalhadores pioram. O período da guerra é marcado pelo aumento do custo de vida, achatamento dos salários e falta de alimentos. Os trabalhadores se organizam e realizam uma grande greve em São Paulo e Rio de Janeiro ainda sob hegemonia dos

anarquistas. Esta greve, de certa forma, forçou os patrões a assumirem a realização de um acordo com os trabalhadores que previa: 20% de aumento salarial, não punição dos grevistas, regulamentação do trabalho feminino e infantil e redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias.

É importante, entretanto, situar que ainda não tínhamos, no Brasil, um Estado capitalista propriamente dito. O país vivia uma realidade oligárquica, na qual perduravam elementos do feudalismo², do escravismo e do capitalismo. Esse modelo, ainda chamado Primeira República, já começa a encontrar, no início do século, marcas de sua falência. Certamente, as lutas populares, em especial a sindical, têm um grande peso para impulsionar as mudanças. As influências internacionais somadas à luta, que era impulsionada pelos anarquistas, marcaram essa etapa de grandes acontecimentos, entre os quais destacamos: a) a realização do Primeiro Congresso Operário que, entre outras coisas, aprovou o primeiro de maio como dia do trabalho, a luta por 8 horas e a concepção de autonomia e liberdade do movimento; b) a formação do Bloco Operário e Camponês; c) a criação do PCB – Partido Comunista do Brasil (impulsionado inclusive por vários anarquistas). Este último acontecimento, datado de 1922, ocorre sob influência da Revolução Russa. Mesmo com a formação dos Comunistas, os anarquistas são o principal destaque dessa fase, uma vez que agem sob o signo da liberdade e, diante disso, conseguem impor várias vitórias ao sistema. Somente vão diminuir sua força no movimento na década de 30, com o Governo de Getúlio e as mudanças que foram impostas ao Estado, as quais tiveram grande impacto na sociedade civil brasileira.

O Estado Controlando os sindicatos: a estrutural oficial de Vargas

O modelo atual de Sindicato, que é respaldado pela Constituição, foi fundado a partir de 1931 por Getúlio Vargas e foi ganhando corpo e consistência durante toda a década de 30. Inclusive a CLT teve inspiração na “Carta del-Lavoro”, formulada pelo governo fascista italiano de Mussolini e tinha como fundamento maior à defesa da conciliação de classes, mostrando assim sua opção de sossegar os trabalhadores e favorecer os patrões.

Lançando mão de uma política populista, com significativa influência fascista, Getúlio Vargas decidiu cooptar, anular e controlar as entidades sindicais, que já tinham na época um significado grau de expressão no cenário político brasileiro. Desta forma criou o Ministério do Trabalho, a Justiça Trabalhista, a CLT, o Imposto Sindical Compulsório e atrelou os sindicatos ao Estado tornando-os oficiais. Por decisão do governo, o Sindicato que resistisse a esta política não ganharia os direitos recentemente criados pelo então Presidente da República, direitos esses que, na verdade, é fruto da luta dos trabalhadores. Com isto os sindicatos não tinham muita alternativa: ou ficavam de fora desta estrutura e, como consequência, eram perseguidos pelo governo e perdiam a base que migrava para os sindicatos oficiais ou entravam na estrutura oficial para terem acesso aos direitos e, com isto, não perderem os filiados e poderem continuar vivos na disputa política. Este ocorrido foi denominado como filiação forçada, pois os sindicatos foram, praticamente, forçados a se filiarem ao Ministério do Trabalho. Tanto comunistas como anarquistas resistiram a esta estrutura, porém, os primeiros acabaram cedendo e resolveram adotar uma política de disputar os sindicatos por dentro. Deste modo, acaba, praticamente, a influência que os Anarquistas haviam construído no movimento sindical, pois foram dizimados pelo Governo.

Mas como funcionava esta estrutura sindical oficial criada em 1931? 1. Os sindicatos passaram a se organizar em um determinado território, preferencialmente municipal ou estadual, e a serem formados por categorias funcionais, como, por exemplo, médicos, engenheiros, motoristas, radialistas, etc; 2. Passa a existir uma estrutura vertical com formação de Federações e Confederações, embora fosse proibido criar uma Central; 3. É instituído o Imposto Sindical Compulsório para arrecadar dinheiro dos trabalhadores para o ministério do Trabalho e para o Sindicato existir independente dos filiados (o chamado sindicato cartorial ou de carimbo). Ou seja, o Sindicato passa a ser um aparelho de Estado regido e controlado pelo mesmo. É verdade que, como em todo aparelho de Estado, há espaço para disputa de hegemonia e mudança da correlação de forças. Entretanto, não temos dúvidas de que para esta mudança se consolidar deve haver uma ruptura. No caso da Estrutura Sindical, a ruptura significa conseguir a liberdade sindical.

² Não podemos dizer que tínhamos uma sociedade feudal. Isso não era a realidade, já que o Brasil nunca passou por um processo feudal clássico, ou mesmo teve qualquer presença expressiva, como Estado ou Nação, na transição mercantilista. Nesse período o capitalismo já havia começado e estava se desenvolvendo nos países de ponta, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Tal estrutura cria condições favoráveis para o reaparecimento de agrupamentos corporativistas, pelegos³, assistencialistas. De um lado, o Estado força que o Sindicato se torne um dos seus mais importantes aparelhos, transformando-o em um meio de controle dos trabalhadores. De outro, amplia a repressão e a perseguição aos grupos de esquerda, como é o caso dos anarquistas (que são praticamente dizimados) e dos comunistas. Nesse sentido temos em luta três grandes concepções:

Anarquistas: são contrários a qualquer tipo de organização burocrática, assim como são contrários ao Estado e aos Governos. Portanto, eles não se organizavam em partidos, mas sim em formas livres. A influência anarco-sindicalista abriu campo para a organização sindical, mas somente através dos sindicatos livres, não aceitando, de nenhuma forma, a burocratização e estruturação institucional do Sindicato. Defendiam a ruptura da sociedade capitalista para uma sociedade sem Estado e acreditavam que um processo de greve geral que tomasse amplo significado de massas pudesse abrir esse caminho direto, por meio da insurreição. Como já foi dito, os anarquistas são praticamente dizimados nessa época, mantêm uma pequena participação e influência, já muito reduzida pela ação autoritária do Estado.

Comunistas: com a fundação do PCB, o então Partido Comunista do Brasil vai disputar as direções sindicais. O próprio modelo de organização em célula, onde os trabalhadores se organizavam por local de trabalho, por meio das células, permitia a visão de que era a ação sindical o caminho principal para a luta de massas. Os comunistas, apesar de defenderem o fim do Estado, previam uma transição entre o capitalismo e o comunismo que chamavam de “ditadura revolucionária do proletariado”⁴. Entretanto, os comunistas defendiam primeiro a revolução burguesa. Acreditavam que, antes da fase de transição para o comunismo, era necessário que o Brasil realizasse uma revolução burguesa dirigida pela classe trabalhadora e pela burguesia nacional, para aprofundar o desenvolvimento do capitalismo. Os comunistas se autoproclamavam marxista-leninistas (termo usado por Stálin) e, portanto, aplicavam o método e a teoria marxista, já impregnada pela totalidade leninista⁵. Entre outras teses leninistas, destaca-se a que apresenta os sindicatos como correia de transmissão das idéias do Partido. Tal tese acaba batendo na veia do debate sobre liberdade e autonomia sindical, o que marca uma diferença fundamental em relação aos anarquistas, do ponto de vista da concepção e prática.

Trabalhistas: se a diferença entre anarquistas e comunistas reside no plano da superação do capitalismo, na forma de enfrentamento, no modelo organizativo e na conceituação do Estado, já em relação aos trabalhistas (às vezes mais populistas que trabalhistas) os problemas residem no campo da manutenção da ordem. As reivindicações dos trabalhistas são todas de cunho “economicistas”. Ou seja, se limitam ao sistema capitalista, sem nenhum cunho libertário ou de profundas transformações sociais. Por essa razão, dentre outras, acabam sendo o braço de apoio do Estado (principalmente na Era Vargas) dentro dos sindicatos. Estes últimos aprofundam ações corporativistas e assistencialistas, pois, na concepção dos mesmos, o sindicato acaba sendo uma bengala do Estado e contribui apenas para as condições de vida dos trabalhadores. A prática dos trabalhistas aponta, predominantemente, para idéia de “pacto social”.

³ . A palavra pelego era originalmente empregada para se referir à pele de carneiro usada entre a cela e o couro do cavalo que impede que a cela machuque o couro do cavalo. Há quem diga também que esta pele serve para proteger a cela de um óleo que o couro do cavalo expele e que a deixaria totalmente enrugada.

⁴ Ditadura Revolucionária do Proletariado é o conceito marxista que aparece na publicação “Crítica ao Programa de Gotha”. No entanto, o termo foi resumido para “ditadura do proletariado” que, do nosso ponto de vista, ajudou a confusão feita quando da divulgação do seu real significado.

⁵ . Essa questão é importante, pois quando dizemos que os comunistas estavam tomados de um Marxismo impregnado de leninismo, estamos dizendo que Lênin não é o único teórico e revolucionário do Marxismo dessa época. Entretanto, foi o mais conhecido com a vitoriosa revolução em 1917 na Rússia. De qualquer forma a concepção positivista de Stálin, que desvirtuou tanto as formulações de Marx como de Lênin, eram dominantes no Brasil e não permitiram que os comunistas brasileiros entendessem uma das máximas expostas por Marx no Prefácio da Contribuição à crítica da Economia Política: “Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações definidas indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política”. É claro que com isso aprofundaram uma visão economicista e positivista e não compreenderam as contradições entre forças produtivas e relações de produção.

Do Estado Novo ao Desenvolvimentismo

Muitos historiadores falam do trabalhismo como diferencial pleno do populismo. É certo que aceitar tal conceituação leva-nos a uma divisão segundo a qual cabe ao conceito de trabalhismo situar aqueles que estavam no campo sindical e ao conceito de populismo aqueles que estavam no campo da política. Entretanto, isso não traz precisão para uma discussão de concepção e prática sindical. O modelo trabalhista, surgido com Vargas e prolongado em todo período de crescimento econômico, acabou desenvolvendo um sindicalismo de tal forma atrelado ao Estado que, praticamente, o substituiu (ou pelo menos o complementava). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se aceita o manto protetor do Estado, sua regulamentação, suas determinações e leis, perdendo progressiva e abruptamente a autonomia e a independência, substituiu-se o Estado quando necessário, posto que se assumem os sindicatos como aparelhos do próprio Estado. Aparentemente depender e substituir são movimentos contraditórios, mas na verdade não é. Digamos que a relação de dependência cobra a substituição para a reprodução.

Certamente que, com tal política, os trabalhistas acabam conformando uma concepção de ação sindical que defende a ordem burguesa estabelecida. Não se colocam então contrários à contradição entre capital e trabalho. Nem ao menos está colocada a crítica social democrata desse século. Assumem na totalidade a concepção burguesa conservadora e autoritária que marcou a formação do Estado e da Sociedade Brasileira. Podemos dizer então que trabalhistas cabem dentro do arcabouço populista ou mesmo no arcabouço fascista ou em qualquer outro em que a ordem burguesa não seja questionada, mas defendida, protegida, mantida, com ações autoritárias e conservadoras.

O período que vai de Getúlio a JK é um período pleno para o desenvolvimento dessa corrente, das idéias apresentadas, da concepção e prática espelhadas em um Estado forte, ampliado, desenvolvimentista, dirigente, que não havia rompido por completo com o patrimonialismo da colonização capitalista brasileira.

A ditadura militar e a formação de máquinas de assistência e controle

A estrutura varguista, que forçou a unicidade sindical, se fortaleceu ainda mais com a Ditadura Militar instalada no Brasil a partir de 1964. O governo Militar criou os chamados interventores. Infiltrando à força os representantes da repressão nos Sindicatos, as classes dominantes conseguiram diminuir a distância entre o Estado e o Sindicato, aprofundando o papel deste como correia de transmissão daquele. Esses interventores transformaram a ação sindical em ação associativa e barraram as lutas classistas. Os sindicatos criaram, então, uma superestrutura com médicos, sedes campestres, dentistas, etc. Quando a CUT surgiu em 1983, entretanto, esta estrutura só nos foi favorável, uma vez que tínhamos, através de poucas organizações sindicais que aderiram a sua fundação, alguns recursos para o material de divulgação e para as reuniões que na época eram feitas.

Na verdade, as classes dominantes sabiam a importância das estruturas sindicais e, por esse motivo, implementaram um processo de intervenção direta. Durante da Ditadura Militar, os representantes da classe dominante não se “limitaram” ao controle ideológico ou financeiro; à vigilância constante; à repressões parciais. A repressão não se dava com base em movimentos específicos ou mesmo em momentos específicos, ao contrário, era permanente. O movimento sindical foi praticamente destruído enquanto “movimento”, permaneceram ilesas apenas a burocracia e a estrutura. Os interventores, todos de confiança da ditadura, sabiam bem qual era o papel que tinham que cumprir: a) anular os sindicatos, não permitindo que agissem como instrumento de luta; b) denunciar para os chefes da ditadura qualquer ação ou proposta que colocasse em risco a estabilidade política desse novo regime; c) criar uma consciência rebaixada entre os trabalhadores apresentando os sindicatos como braço direto do Estado voltado apenas para o lazer e o assistencialismo; d) se beneficiar do imposto sindical para promover um sindicato cartorial, sem qualquer vínculo real com as massas e com os trabalhadores.

Certamente que esse foi um período singular da história do Brasil. Desde a transição para capitalismo e durante toda a formação da sociedade capitalista brasileira, o movimento sindical foi o principal agente de classe. Nesse período, todavia, a luta foi substituída, primeiro, pelos estudantes, depois, pelo movimento

popular de periferia⁶. É importante ressaltar que a Ditadura Militar foi uma forma de dominação burguesa imposta a todos os países da América Latina e não apenas ao Brasil. Quando falamos em regime militar, falamos de uma forma de controle que se fazia necessário para a reprodução e prolongamento do capitalismo. O elemento central da sociedade capitalista não é a repressão, mas a apropriação da propriedade dos meios de produção transformando-os em propriedade privada. A exploração capitalista e seu núcleo central, a mais valia, continuam e se prolongam enquanto houver propriedade privada dos meios de produção, seja qual for o regime político ou o modelo econômico. O Estado assume o papel central na superestrutura para a garantia desse processo de dominação (ideológica, política e/ou repressiva).

A CUT como primeira central sindical do Brasil: as tentativas anteriores

Foram cerca de 20 anos sem que os sindicalistas voltassem a se apresentar no cenário nacional novamente como uma força política de peso e expressão social. Após o golpe militar de 1964, o governo praticamente acabou com o movimento sindical existente. Perseguiu militantes; tomou as entidades sindicais através dos tão falados interventores que praticavam a política do regime militar; finalmente, proibiu e destruiu qualquer tipo de organização que passasse por fora da estrutura oficial. Foi realmente uma guerra, e o pior, os comunistas e os trabalhistas que na época hegemonizavam o movimento sindical analisavam que era possível resistir, porém o que aconteceu na realidade foi que nenhuma resistência segurou o rolo compressor dos militares e do seu regime.

A partir daí o que aconteceu foi que os estudantes, as organizações da esquerda armada e os militares apareciam como os três grandes agentes sociais existentes no período ditatorial. Toda a tradição sindicalista, existente no Brasil desde o início do século XX, parecia estar, definitivamente, derrotada. Anarquistas (apesar de o anarco-sindicalismo já não ter tanta força na época), comunistas e trabalhistas enfrentavam uma nova safra de pelegos. Estes tinham o Estado, as armas e a polícia do seu lado, pelegos que não só manobriam a ação sindical, mas também a vida dos dirigentes, que, até então, estavam contra o regime da força. Toda a discussão tradicional que fazia parte do seio da classe trabalhadora, as principais polêmicas que persistiram durante a história do movimento operário, daria espaço para uma truculência sem precedência no nosso país.

Quais eram os principais debates que se colocavam os sindicalistas históricos? A questão da livre organização sindical; da pluralidade e da democracia do movimento sindical; da autonomia do movimento e da sua ligação com partidos ou tendências políticas, (o que ganhou peso com a publicação da tese leninista de que o sindicato é “correia de transmissão” do partido político); da consciência de classe e da luta economicista; e, por fim, as questões que envolviam as greves e principalmente o debate sobre greve geral. Essas questões são as principais polêmicas que o movimento sindical enfrentara até então. Sem dúvidas, isto mudou no período de ditadura militar. Tentativas heróicas de greve foram violentamente reprimidas como as greves de Contagem e Osasco de 1968. Com o AI-5 houve um significativo declínio do movimento estudantil, iniciou-se a articulação de grupos de guerrilha urbana e houve uma tentativa de rearticulação do movimento sindical que, por conta, é óbvio, do regime, não conseguiu ir para frente.

Somente no final dos anos 70, começou a se organizar um novo movimento sindical, que traria no seu corpo novos sindicalistas que foram forjados no final da ditadura. Digamos que foi, no mínimo, surpreendente a capacidade de organização desse setor. Após um prolongado período de ditadura militar, em “1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2188”⁷, o que pode servir como um dos indicadores para identificarmos a capacidade de organização desse novo movimento. Há alguns fatores que podemos destacar como alavancas deste processo organizativo que se avizinhava: 1. A reflexão sobre os erros pré-64 e o aprofundamento da repressão vão fazer com que os movimentos se voltem para sua organização de base, criando, nestes novos sindicalistas, uma consciência da necessidade de organização de base; 2. A ditadura militar e seus interventores não destruíram as estruturas sindicais, dando condições, à medida que elas foram sendo ganhas por esta safra de novos militantes, de servirem como base para estruturar materiais de propaganda, viabilizar formas de organização diversas e garantir a realização de

⁶ Não vamos entrar aqui na discussão dos movimentos estudantil e popular. Cabe apenas dizer, para que não parem dúvidas, que sempre houve movimentos populares de vários matizes no Brasil. Nessa etapa, entretanto, há um destaque para as lutas de bairro, contra a carestia, donas de casa, etc.

⁷ Noronha, Eduardo. “A Explosão das Greves na Década de 80”. In: Boito Jr., Armando (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

vários Encontros que criaram condições para a CUT passar a existir; 3. Houve uma crítica (e autocrítica), por parte dos novos sindicalistas, sobre a estratégia e política de alianças adotada pelo PCB, que buscava a revolução burguesa no Brasil e para isto se aproximou de setores da burguesia nacional que qualificavam como aliados estratégicos⁸. É certo que esses três fatores estarão presentes em todas as polêmicas travadas na composição da CUT que será a primeira Central existente no Brasil.

Havia, antes da CUT, tentativas de organizar uma central sindical, entretanto, todas foram frustradas. Vejam que, em 1906, foi organizado o I Congresso Operário Brasileiro, nele estiveram presentes 75 delegados, vindos das poucas cidades onde já havia algum processo de industrialização, que deliberaram pela fundação da COB - Confederação Operária Brasileira. O objetivo era ter uma central sindical que conseguisse impulsionar uma série de lutas e reivindicações e que conseguisse articular a unidade entre o movimento sindical buscando ampliá-lo. Com hegemonia anarquista e socialista, a Confederação tinha um apelo internacional, optou por bandeiras que estavam em disputa a nível internacional - como a luta pelas 8 horas de trabalho - e tratou de organizar um periódico que serviria de “instrumento nacional de propaganda: a VOZ DO TRABALHADOR”⁹. Segundo Vito Giannotti e Sebastião Lopes, o que podemos destacar de significativo na COB é sua forte politização e sua presença permanente nas lutas dos trabalhadores, estando presente em todas as grandes atividades grevistas desde 1^o de maio de 1907 até a grande greve de São Paulo em 1917. Por sua decidida opção anticapitalista, a COB foi profundamente golpeada pela repressão e deixou de existir no início da década de 20.

Com a criação do PCB em 1922, o partido, por duas vezes, tentará criar sem sucesso uma central sindical. “Assim, em 1929, criou-se a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil) e em 1935 houve a tentativa de fazer existir um CSUB (Confederação Sindical Unitária Brasileira). As duas tentativas ficaram quase só na vontade de seus organizadores, pouco influenciando na história real da classe trabalhadora”¹⁰. Após a segunda guerra mundial, entretanto, com a onda de “democratização” do governo Vargas, que se legitimara então como governo trabalhista, tivemos mais uma tentativa de criar uma central, desta vez mais bem sucedida. Nesta época, em 1946, com uma conjuntura favorável, reaparece a sigla CGTB. Com o PCB na legalidade, a CGTB refletia sua política: atacava Vargas chamando-o de ditador e saía às ruas em sua defesa; atacava os patrões e pedia uma aliança com a burguesia nacional. Entretanto, esta nova tentativa de formar uma central é enterrada nove meses depois com a repressão do governo Dutra, pois, novamente, o PCB viveria um novo período de silêncio e clandestinidade.

O Brasil entra, por outro lado, em um forte processo de expansão industrial nos governos consecutivos. O país no pós-30 começou a sair de uma economia agrária que gerava uma “renda interna e, por conseqüência, uma demanda que era suprida por bens industriais importados”¹¹. Com o início do processo conhecido como “substituição de importações”, o Brasil começa a gerar, junto ao seu desenvolvimento industrial, uma forte classe operária. Entre 1950 e 1962 a classe operária cresce, amplia seus direitos com conquistas como décimo-terceiro salário, férias em dobro, salário família, etc, e participa ativamente dos acontecimentos políticos e sociais do país. Diante disso há várias greves isoladas de conjunto de categorias ou mesmo de categorias específicas e, destas greves, nascem outras formas de organização, mas que também não chegaram a se constituir como uma central. Desta forma podemos anotar, em São Paulo, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI); no Rio, o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e principalmente o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) de 1962. Todas estas siglas nascem em fins de greves bem sucedidas, inclusive o CGT. O CGT, que se propunha a ser, segundo Giannotti e Lopes Neto¹², um “órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro”, se vinculou à estrutura oficial de Getúlio e não chegou a ter uma estatura de central. É necessário, entretanto, registrar que o CGT conseguiu ter ações que o colocava contrário à estrutura oficial. A “greve dos setecentos mil” de 1963 é um exemplo disto, pois, por causa das

⁸. Esta estratégia dos comunistas acabou contribuindo para aprofundar o atrelamento com o Estado e para deixar as organizações dos trabalhadores a reboque das classes dominantes, gerando, muitas vezes, uma política de conciliação de classe.

⁹. Giannotti, Vito e Lopes Neto, Sebastião. **CUT Ontem e Hoje**: o que mudou das origens ao IV Congresso. São Paulo: Vozes, 1991.

¹⁰. Idem.

¹¹. Benjamim, César. “Decifra-me ou Te Devoro”. In: Sader, Emir (org.). **1994 Idéias para uma Alternativa à Crise Brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993

¹². Op. citada, Giannotti e Neto.

características da greve, acabou se colocando contra o artigo 857 da legislação trabalhista, que garantia somente negociações isoladas, e conseguiu realizar uma negociação coletiva com quatorze categorias. Se até a década de 20 eram anarquistas e socialistas que lideravam o movimento operário e hegemonizavam suas organizações, da década de 20 em diante vai haver uma ascensão comunista e futuramente, com a febre getulista, vai se formar e crescer um movimento de características trabalhistas no meio do movimento sindical. Estas forças, entretanto, são tendências que, de uma forma ou de outra, com todos os seus possíveis equívocos e dependências, se colocavam ao lado da classe trabalhadora. Não podemos deixar de lembrar que sempre existiram, desde o período da fundação da COB, movimentações de patrões para gerar confusões no meio do movimento sindical, disputar os trabalhadores, constituindo aquilo que conhecemos como pelego. Em 1921 o então presidente Hermes Fonseca cria, com o objetivo de neutralizar a COB, a “Confederação Brasileira do Trabalho” e coloca seu filho, Mário Hérnes, para presidi-la. Quando em 1946 os Comunistas e Trabalhistas resolveram criar a CGTB, um grupo denominado de ministerialistas, que estavam no congresso, decidem formar sua própria Confederação Nacional do Trabalho e pedem que o Ministério do Trabalho intervenha no Congresso de fundação da CGTB com a alegação de que há uma invasão comunista em curso. Novamente sob influência do PCB e PTB, em 62, quando era formado o CGT, a direita organiza o MSD (movimento sindical democrático) que reunia sindicalistas da direita da igreja católica e outros que depois passam a ser braço direito do golpe militar de 1964, como o conhecido Joaquinção. Como podemos ver o debate no movimento sindical está banhado não somente com uma polêmica interna da classe trabalhadora, mas também com tentativas permanentes de intervenção das classes dominantes. Somente com a fundação da CUT em 1983, tivemos a formação de uma Central Sindical no Brasil que conseguia reunir a classe trabalhadora e o conjunto de suas correntes.

Chegamos à Fundação da CUT

A pergunta que aqui, neste ponto, nos colocamos é: quais as questões que orientam o debate sobre estrutura e organização sindicais? Digamos que temos três grandes pilares orientadores neste debate: 1. a relação do movimento sindical com o Estado, que muitas vezes significa, ao mesmo tempo, a relação com o patronato; 2. a relação do movimento sindical com os partidos políticos; e 3. a relação do movimento sindical com os próprios trabalhadores em seus locais de trabalho e nos fóruns da entidade. Estes três pilares, entretanto, estão repletos de teoria. A decisão de uma determinada relação de um jeito ou de outro, significa, em última instância, a visão de mundo e a estratégia política que um determinado movimento ou uma determinada organização está adotando. Então vejamos que, para toda opção de organização e de estruturação que o movimento sindical adote, teremos, conseqüentemente, teorias diversas influenciando estas decisões. Sendo assim, o debate sobre estrutura não pode ser reduzido a um debate burocrático, ele tem, necessariamente, que se debruçar sobre as diferenças políticas e programáticas sobre as quais cada estrutura vá se construir. Neste caso ele é essencialmente histórico e teórico, pois enxerga a estrutura como uma conseqüência, um processo, um elemento impregnado de posicionamentos. É certo que nem sempre isto aparece de forma tão clara, visto que há distâncias significativas entre aquilo que está escrito e a prática social. O processo de alienação muitas vezes serve como um obstáculo para que a teoria almejada seja colocada em prática e às vezes acabam-se repetindo práticas que fariam parte de outros “textos”. Entretanto, toda prática está sempre servindo a uma determinada teoria, ou a algumas determinadas teorias (mesmo quando elas se encontram confusas ou obscuras).

Dito isto, podemos voltar a fazer o debate específico sobre estrutura sindical. Voltemos à CUT. Na época de fundação da central, todos estes debates vieram à tona, o que existia era uma articulação de sindicalistas que se julgavam combativos para lutar contra outros sindicalistas que eram considerados “pelegos”. Na verdade, podemos dizer, que, na época de fundação da CUT, havia quase todas as correntes que fizeram parte da história do movimento sindical no Brasil e a nível internacional. Existia pouca expressão para os anarco-sindicalistas e para os trabalhistas, tanto que suas proposições quase não aparecem no cenário de debate político-sindical, mas o restante das outras concepções estava, se podemos afirmar, significativamente representado.

Vamos utilizar o V Congresso da CNTI (Confederação Nacional de Trabalhadores Industriais) realizado no Rio de Janeiro, em 1978, como um marco para discutir a nova organização dos trabalhadores que desembocará na fundação da CUT. Neste evento, um grupo de sindicalistas resolvem fazer oposição aos

sindicalistas ligados ao governo e ao próprio governo da época. “Esse grupo, do qual faziam parte o próprio Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Peres, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, etc, passou desde então a ser denominado ‘sindicalistas autênticos’ ”¹³. Como isto ocorreu antes da fundação do PT, o setor ligado a Lula era considerado um setor independente no sindicalismo, e havia outro setor ligado a Arnaldo Gonçalves que tinha vinculação com o PCB. Este grupo acabou lançando uma carta de princípios onde, no plano da organização sindical, “pedia direito de greve sem restrições, livre negociação com os empregadores, substituição do contrato individual de trabalho pelo contrato coletivo, liberdade de filiação a organismos sindicais internacionais, etc”¹⁴. No que se refere a relação com a justiça do trabalho, Rodrigues nos chama atenção para o fato de que, neste documento, havia “demandas de restituição do poder normativo à Justiça do Trabalho, assim como a ampliação de sua competência”. Como podemos notar, já aparecem alguns elementos ligados às questões que listamos anteriormente sobre a discussão de estrutura e política sindical.

A CUT, como primeira Central Sindical fundada no país, vai recuperar, no seu interior, em todo o processo de sua fundação, o debate sobre relação com o Estado, os partidos e os patrões. Isto ocorrerá com um detalhe fundamental que também contribui para diferenciá-la das outras centrais existentes. No final da década de 1970 e início da de 80, quando se deu o debate de fundação e a própria fundação da Central, a grande maioria dos sindicatos estavam na mão dos interventores. Foi então uma avalanche de organização de oposições sindicais com o objetivo de tirar da mão desses interventores, muitos são alguns dos pelegos da atualidade, as estruturas sindicais. Por isso nas fábricas estouraram pequenas lutas e, deste acúmulo, no I Congresso de Oposição Sindical Metalúrgica da São Paulo, em 1979, entre as teses aprovadas podemos destacar a seguinte frase: “O papel da oposição sindical é o de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábricas”¹⁵.

No Encontro de João Monlevade, que ocorreu em fevereiro de 1980 no Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais, podemos notar uma outra especificidade deste movimento, além da grande participação das oposições. Estava presente no Encontro um grande número de militantes da Igreja e do movimento popular, que tinham como objetivo formar uma Central que fosse mais ampla que o movimento sindical. O objetivo era constituir uma organização que abarcasse setores do movimento popular e conseguisse fazer a unidade entre este e o movimento operário. Esse Encontro já coincidiu com a época de fundação do PT e contou, certamente, com a participação de futuros militantes petistas na sua direção e organização. Do ponto de vista da estrutura sindical, o Encontro abriu, definitivamente, uma polêmica com o comunismo, aprovando as seguintes resoluções que visavam a aprofundar a democratização das estruturas sindicais: “fim da CLT e sua substituição por um Código de Trabalho, o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho em lugar dos contratos individuais, a liberdade e a autonomia sindicais de acordo com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (‘preservado o princípio da unidade sindical’) o fim da legislação restritiva ao direito de greve, a negociação direta entre empregados e empregadores, com o fim da intermediação do Estado, etc”¹⁶. É bom ressaltar que, ainda nesse Encontro, foi deliberada uma posição sobre a luta na sociedade que propunha a “substituição do modelo ‘implantado pelos militares e pelas multinacionais’ por uma ‘sociedade dirigida pelos trabalhadores’”¹⁷, que apesar de não guardar um conteúdo profundamente radical, expressava uma visão de transformação social, para além do campo sindical. Neste caso é importante destacar o debate sobre os limites da atuação sindical. De um lado temos o predomínio do corporativismo, o que caracteriza a tendência economicista do movimento; de outro temos a hegemonia classista, representada pelas correntes combativas. É necessário fazer um parêntese para discutir melhor essas duas vias do movimento sindical.

Digamos que há dois pontos gerais que orientam esta discussão: 1. Qual o objetivo da ação sindical? A ação sindical deve se restringir aos “muros das fábricas”, lutando desta forma somente pelas questões econômicas

¹³ . Rodrigues, Leôncio Martins. “As Tendências Políticas na Formação das Centrais”. In: **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**; op. citada.

¹⁴ . Idem.

¹⁵ . Giannotti e Neto, op. citada.

¹⁶ . Rodrigues; op. citada.

¹⁷ . Idem.

como melhoria salarial, etc? Ou o movimento sindical deve se colocar diante dos problemas sociais que atingem os trabalhadores ligados ou não a sua categoria específica (como a questão dos meninos e meninas de rua, a questão da moradia, a questão do transporte, etc), fortalecendo uma visão global e classista da ação sindical? 2. O movimento sindical deve assumir a tarefa de combater firmemente o regime capitalista lutando pelo fim da exploração de uma classe sobre a outra e, com isto, lutar também pelo fim do capitalismo e pela criação de uma sociedade socialista e democrática? Ou o movimento sindical não deve se colocar qualquer perspectiva de luta contra o regime e deve assumir somente uma luta de “resultados”, com o objetivo de melhorar a situação de sua categoria específica ou do conjunto dos trabalhadores, enfrentando, na verdade, cada conjuntura especificamente? Estas polêmicas, que sempre percorreram o movimento sindical, orientam as opções de estruturação e estavam presentes (e estão até hoje) nos debates que vieram a dar origem à CUT.

Em julho do mesmo ano, 1980, há uma nova reunião, ainda com as mesmas tendências sindicais, no chamado Encontro de São Bernardo. Este Encontro acaba radicalizando e confirmando uma série de bandeiras deliberadas no Encontro anterior, destacamos, entre elas, a insistência de que “o partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, não devendo a luta partidária ser confundida com a luta sindical”¹⁸. Ainda do ponto de vista da organização sindical, devemos destacar uma resolução importante que afirma que “o sindicalismo deve ser praticado em todos os locais possíveis: começando nos locais de trabalho, passando pelas mobilizações de bairro e terminando no sindicato, para se dar uma maior força e unidade na luta”¹⁹. Desta forma podemos notar que vão se delineando uma série de pressupostos importantes que vão nortear a fundação da CUT e delimitar as divergências entre aqueles que aderem à Central e os outros que rompem com a sua formação. Com o aprofundamento do debate, foram se acentuando também as diferenças e, no ano seguinte, em 1981, no Encontro de Vitória, já não havia a presença dos sindicalistas ligados aos PC’s e ao grupo dos reformistas e moderados em geral. Havia crescido a participação da Igreja, de entidades ligadas ao movimento popular, de oposições sindicais e de sindicatos ligados a áreas profissionais como médicos, engenheiros, professores, etc. Ainda neste debate sobre a estrutura sindical, é importante destacar a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu - RJ. Os participantes deste Encontro foram: militantes das oposições de diferentes tendências, vários membros de diretorias sindicais consideradas combativas, grupos de trabalhadores combativos, comandos de greve, comissões de fábricas, etc, formando cerca de 500 delegados. Entre suas resoluções destacamos uma que, certamente, é fundamental para a nossa reflexão: “O ENTOES propunha-se a agregar ‘todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente’, de modo a ‘somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático’”²⁰.

Todas estas divergências se avolumaram até 1981 quando todas as forças do sindicalismo brasileiro viriam participar, em agosto, da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. A importância desta Conferência está em ela ter sido a única que conseguiu articular todas as forças com uma significativa representatividade e debater sobre os principais pontos que envolvem o movimento sindical. Houve uma participação muito elevada de entidades, segundo Rodrigues participaram “480 sindicatos urbanos (3.108 delegados), 384 sindicatos rurais (969 delegados), 176 associações pré-sindicais (875 delegados), 33 federações urbanas (90 delegados), 17 federações rurais (134 delegados) e 22 representantes de 4 confederações (agricultura, professores, trabalhadores em comunicação e servidores públicos), num total de 1.126 entidades e 5.247 delegados”²¹. Foi nesta Conferência que se formou a Comissão Nacional Pró-CUT através da composição de uma chapa que continha 56 sindicalistas de todas as facções e de categorias urbanas e rurais. Esta comissão, entretanto, não conseguiu ter unidade sobre a convocação de um congresso para fundação da CUT em 1982, a maioria da comissão era formada justamente pelo setor que não ficaria quando a CUT foi finalmente fundada. Sendo assim, houve uma cisão, ainda na comissão, que significou mesmo um racha no movimento sindical brasileiro, por causa da amplitude e representatividade que tinha esta comissão. Esta

¹⁸ . Ibidem.

¹⁹ . Ibidem.

²⁰ . Ibidem.

²¹ . Ibidem.

divisão se apresentou como uma divergência sobre a capacidade de realizar ou não em 82 um Congresso de fundação da CUT, já que a ala mais moderada, hegemônica pela corrente denominada Unidade Sindical, argumentava que não existiam condições estruturais para viabilizar um encontro representativo em 82 e que este ano, por ser ano de eleição, não seria o mais indicado para esse tipo de atividade. O outro grupo, dos chamados sindicalistas combativos, por ser minoria, apesar de ter pressionado, não consegue realizar em 1982 o Congresso.

Se analisarmos mais detidamente o acontecido, entretanto, poderemos compreender as razões reais dessa divergência. Havia uma diferença significativa na discussão sobre estratégia sindical que se apresentava, principalmente, no debate que aqui nos interessa sobre estrutura. Na verdade podemos destacar, como principal elemento apresentado como responsável pelo racha entre o grupo considerado combativo e o considerado reformista ou moderado, o debate sobre a unicidade sindical e a estrutura oficial do Ministério do Trabalho. Vejam, todo o bloco que rachou com a fundação da CUT não era uníssono em suas posições, muito pelo contrário; entretanto, havia um acordo deste bloco sobre a questão da unicidade sindical. Em Giannotti e Lopes Neto, é feita uma clara observação a esse respeito ao se afirmar, em uma nota de rodapé, que: “O PCdoB ficou alinhado com a CGT, não porque se alinhava às visões imobilistas acomodadas da maioria deste bloco, mas por causa de sua visão sobre estrutura sindical (unicidade, federações, etc) e uma competição real com o PT, partido da imensa maioria dos cutistas”²². Podemos ter claro neste caso que a grande questão que diferenciava a CUT dos outros sindicalistas que nela não ficaram foi principalmente a concepção sobre sindicalismo que se refletia basicamente na visão da liberdade de organização sindical. Em 1983 o grupo combativo conseguiu organizar o Congresso de fundação da CUT que contou com um total de 5059 delegados representando 912 entidades distintas. Neste Congresso foram aprovadas resoluções radicais como: “reforma agrária radical ampla e massiva, imediata sob controle dos trabalhadores, a partir da demarcação do uso coletivo da terra; não pagamento da dívida externa; rejeição das privatizações das estatais; eleições diretas para presidente da república; etc. Na área especificamente sindical, foram aprovadas as resoluções pelo direito irrestrito de greve, pela liberdade e autonomia sindicais, pelo reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores; etc”²³.

Aqui levantaremos uma questão reflexiva sobre todo este processo. Será que esta nova safra de sindicalistas ligados à CUT, e a própria CUT, conseguiram romper de vez, fazer uma ruptura real, com o populismo que marcou toda a fase do movimento sindical até o golpe, simbolizado, principalmente, pela relação de ligação com a estrutura sindical oficial do Estado? Talvez esta seja uma das questões centrais no nosso debate sobre estrutura sindical e não podemos deixar de discuti-la. Segundo Armando Boito, o movimento que gerou a formação da CUT com os novos sindicalistas combativos de inspiração radical, acabou por gerar uma situação “contraditória, complexa e em alguns pontos ainda indefinida”²⁴. Essa consideração pode ser levantada com base na constatação de que houve uma “persistência, ao longo dos anos 80 e neste início da década de 90, da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 30, estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia populista que lhe corresponde”²⁵. Isto não quer dizer, por outro lado, que a partir da década de 80 não tenha havido um significativo afrouxamento da estrutura oficial e não tenha havido uma transformação de conteúdo e organização do sindicalismo. O próprio Boito concorda com isto e elenca três elementos fundamentais para que isto possa ter ocorrido: 1. O surgimento das grandes greves de massas na conjuntura que vai de 78 a 80; 2. A fundação da CUT em 1983; e 3. A política liberalizante do ministro Almir Pazzianotto, em 1985, que aboliu o estatuto padrão, “suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT’s) sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor exemplarmente as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica”²⁶ do governo.

Isto demonstra que houve uma mudança significativa do sindicalismo em relação à sua forma pretérita de se organizar, todavia, pode ser que esta mudança não tenha sido suficiente para ganhar um vulto de ruptura em relação à estrutura sindical anterior. Nem as greves de Osasco e Contagem de 1968, nem mesmo a nova

²² . Giannotti e Lopes Neto. Op. citada.

²³ . Rodrigues; Op. citada.

²⁴ . Boito Jr., Armando. “Reforma e Persistência da Estrutura Sindical”. In: **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**; op. citada.

²⁵ . Idem

²⁶ . Idem.

classe operária que surgia em espaços urbanos tipicamente industriais e em estabelecimentos fabris de grande porte, criaram condições de superar, pelo menos até agora, a base fundamental em que o modelo de estrutura sindical populista se edifica. É verdade que isto não tira o conteúdo libertário da proposta cutista à medida que esta luta pela liberdade sindical foi e é uma das bandeiras principais da CUT. Mas, é verdade também que isto não passou, até agora, de intenções e resoluções congressuais. Por outro lado, o último Congresso da CUT aprovou uma autocritica sobre a sua relação com a estrutura oficial e indicou a “liberdade de organização e o fim da unicidade sindical” como um dos seus principais objetivos estratégicos para o próximo período. A resolução do 5º Congresso afirma que “ao chegar aos onze anos de existência, a CUT se vê diante do desafio de aprofundar e dar consequência à sua perspectiva de fundação, fazendo da liberdade e autonomia sindical a base do projeto político-sindical da CUT. Daí a prioridade de armar a classe trabalhadora brasileira com uma nova organização sindical, que dê um salto de qualidade no sentido da total liberdade e autonomia, considerando os pressupostos das Convenções 87 e 151 da OIT”²⁷. A CUT aprofunda ainda suas posições na resolução quando afirma que seu objetivo é que os “princípios da liberdade e autonomia sindical se inscrevam na legislação do país, o que vai exigir mudanças na Constituição e o rompimento do modelo celetista”²⁸. Como podemos ver a CUT faz autocritica sobre sua relação com a CLT e o Ministério do Trabalho e define a necessidade de, finalmente, romper de vez com a estrutura predominante, argumentando, inclusive, como ela é contrária às inspirações que geraram sua fundação, o que se compatibiliza com parte da crítica de Boito aqui colocada.

Do ponto de vista da organização da Central, a CUT optou por uma forma horizontal no lugar da vertical em sua fundação. Como havia uma grande crítica às Federações e Confederações por parte dos cutistas baseada principalmente no atrelamento total destas organizações ao Ministério do Trabalho, a separação profunda da base trabalhadora e dos sindicatos, a política de conciliação de classe que era colocada em prática pelos grupos que hegemonizavam estas organizações, a CUT lançou mão de um trabalho que objetivava a organização da classe trabalhadora em seu local de trabalho. Mais tarde a CUT vai também se organizar verticalmente com seus departamentos e mesmo com a criação de Federações e Confederações no seu campo de ação política e sindical. E esta é a diferença fundamental da sua forma de organização para os outros grupos, pois ela pressupunha debates amplos na base de atuação sindical e tinha, e tem, a OLT - Organização por Local de Trabalho - como elemento chave de sua estrutura organizativa, fazendo funcionar não só a estrutura formal da entidade, mas também as delegacias sindicais.

Após a fundação da CUT, tivemos conhecimento de quatro outras Centrais Sindicais. O bloco que não ficou na CUT resolveu convocar, para novembro do mesmo ano em que a Central foi fundada, um outro CONCLAT. Este Congresso elegeu uma coordenação e ficou com esta sigla até 1986 quando realizou um Congresso de fundação da CGT - Central Geral dos Trabalhadores. Neste Congresso, entre outras resoluções, foi afirmado um posicionamento de repúdio frente à Convenção 87 da OIT - que fala da liberdade sindical - e foi deixada de lado qualquer referência a uma possível greve geral. O acirramento no interior da CGT entre pelegos e comunistas foi, entretanto, se avolumando, até que, em 1988, houve um racha na Central. Os grupo de Medeiros e Magri unificados conseguiram maioria e fizeram deliberar para além da visão de sindicato único, abraçando de vez, agora já por resoluções, a idéia de conciliação de classes e uma visão que levará ao tal “sindicalismo de resultados”, que divide as reivindicações econômicas das lutas políticas. Sendo assim, os comunistas do PCdoB se retiraram da CGT e formam a Corrente Sindical Classista. Mais tarde estes sindicalistas deliberarão pelo ingresso na CUT. Em 1991 há um novo racha da CGT com a saída de Medeiros e a fundação da Força Sindical, que é, junto à CUT, a única central que participa hoje das negociações com o governo. No seu Congresso a Força Sindical se coloca como uma “central moderna, democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana, uma alternativa entre uma proposta conservadora (que seria a das CGT’s) e ao radicalismo e partidarismo inconseqüente (que seriam os da CUT)”²⁹. Até a fundação da Força Sindical já havia duas CGT’s, uma ligada a Magri, que derrotou o grupo do Joaquinção e seus apoiadores - o PCB e o MR-8 -, e outra fundada por estes grupos derrotados cujo nome passou a ser Central Geral dos Trabalhadores. Falta-nos falar sobre a União Sindical

²⁷ . Resoluções do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores. São Paulo: Publicação da Executiva Nacional da CUT, Junho de 1994.

²⁸ . Idem.

²⁹ . Rodrigues, Op. Citada.

Independente (a USI), que não participou em momento nenhum deste processo e foi formada somente por Federações e Confederações do setor de empregados do comércio. A USI não chegou propriamente a conseguir o *status* de uma Central e não se diferenciou, politicamente, das idéias de colaboração de classe e unicidade sindical presentes nos outros setores que não estavam na CUT - com exceções para o PCB e o PCdoB. Mais tarde, já no final de década de 80 e início da de 90, os partidos comunistas, tanto o PCB quanto o PCdoB, entraram na CUT.

Na verdade, o debate sobre estrutura sindical foi marcado, após o final da ditadura militar, pela polêmica sobre unicidade sindical x liberdade sindical; autonomia de organização x ligação visceral com o ministério do trabalho. É certo que isto assumiu diversas ramificações e acabou diferenciando os setores que defendiam uma ou outra posição, como era o caso da participação de oposições no interior da CUT. Notem que oposições não são sindicatos oficiais; contudo, sua participação nos fóruns da Central, mesmo sem ter havido a ruptura com a CLT, representava um corte na uníssona estrutura sindical brasileira. Decerto há uma questão permanente que acompanha este debate sobre estrutura: a que diz respeito à participação e organização da base nos locais de trabalho. Esta é uma questão central, posto que envolve proposições sobre comissões de fábrica, OLT's, ciclos de trabalhadores por local de trabalho, etc, e foi colocada como o pilar da construção da democracia de base. Podemos dizer, entretanto, que as classes dominantes (através do executivo, judiciário, etc.) já iniciaram uma "reforma trabalhista" para afetar direitos dos trabalhadores e sua organização sindical. As MPs sobre lucros/resultados e sobre desindexação, o julgamento dos petroleiros no TST, as decisões de juízes contra a cobrança de taxas compulsórias pelos sindicatos, as medidas incluídas na reforma administrativa do Ministro Bresser, etc, são partes de uma estratégia conservadora de fazer a reforma trabalhista comendo pelas beiradas. E o pior, em nenhum momento este governo consultou as várias organizações sindicais e os trabalhadores nelas filiados sobre suas medidas que, se aprovadas, tendem a destruir as organizações dos trabalhadores.

Mais do que isso, as forças conservadoras estão aplicando essa reforma primeiro na marra, para depois conquistá-la na lei. Alguns analistas consideram que o Brasil já é hoje um dos mercados de trabalho mais flexíveis da América Latina. O grau de sonegação de direitos é impressionante (50% da mão de obra no mercado informal). A terceirização generalizou-se como estratégia de redução de direitos, mesmo em setores de ponta e no setor público. Nos períodos de aquecimento da produção, 1 a cada 2 trabalhadores da indústria tem feito horas extras ampliando a jornada de trabalho (ignorando limites legais). Cerca de 80% das grandes empresas aplicam estratégias japonesas de gestão da mão-de-obra excluindo os sindicatos da relação capital/trabalho. E este quadro é anterior à tramitação da reforma! Sendo assim, este debate se faz urgente e necessário, e nos sentimos orgulhosos em poder contribuir para que ele ocorra.

Entretanto, no final da ditadura, começa a ser articulada uma luta contra este tipo de organização. A maior expressão disto é a fundação da CUT em 1983 que nasceu antes mesmo de ter sido legalizada a criação de uma central. Desde o seu nascimento, a CUT se pautou pela luta rumo à liberdade sindical, além de outras coisas. Consciente de que a estrutura sindical varguista havia criado um modelo não só de organização mas também de prática sindical, a CUT resolveu criar formas para combater a base desta política. Ou seja, como estava nascendo o movimento, seria impossível instalar naquele momento a liberdade sindical. Fazia-se necessário, ainda, acumular forças junto aos sindicatos para depois conseguir modificar a Constituição sobre este tema.

Sendo assim a Central escolheu combater principalmente dois aspectos centrais desta política: o corporativismo, que é baseado no preceito de conciliação de classes e o imposto Sindical compulsório, que obriga o trabalhador a contribuir para seu sindicato, sem que este possa fazer uma opção consciente. A proposta da CUT foi criar sindicatos por ramos com organizações nacionais. Neste caso, os sindicatos dos Radialistas, dos Jornalistas, dos Gráficos e dos Trabalhadores em Processamento de Dados formariam um ramo de comunicação social. Um só sindicato que juntaria categorias diversas criando condições para o sindicato formular políticas públicas sobre o setor para se contrapor ao modelo de comunicação autoritário e restritivo que existe no Brasil. No caso do imposto sindical compulsório, a posição da CUT é a favor de que seja totalmente extinto e que o trabalhador pague uma taxa de filiação por decisão própria.

Ou seja, a organização sindical tem de ser decisão dos trabalhadores. Nem o Estado, nem os patrões, nem os partidos devem dizer para os trabalhadores como estes devem se organizar. Quem escolhe sua própria organização devem ser os próprios trabalhadores, permitindo inclusive que se organizem de várias formas.

A construção da unidade dos trabalhadores, que é muito importante para garantir conquistas e assegurar os direitos, é algo que deve ser construído com consciência e organização. Cada trabalhador é livre para escolher sua religião, seu partido, seu time de futebol, etc, e deve ser livre também para escolher como se organizará no seu sindicato. É isto que representa a liberdade sindical, a liberdade de escolha de organização e a autonomia frente aos patrões e ao Estado.

A convenção 87 da OIT - Organização Internacional do Trabalho - de 1948, que a CUT apóia desde sua fundação, diz no seu artigo primeiro que “Todo País membro da Organização Internacional do Trabalho, no qual vigore a presente Convenção, compromete-se a tornar efetivas as disposições seguintes”. No seu parágrafo segundo afirma: “Trabalhadores e empregadores, sem distinção de qualquer espécie, terão o direito de constituir, sem prévia autorização, organizações de sua própria escolha e, sob a única condição de observar seus estatutos, a elas se filiarem”. O Brasil é um dos países que possuem representação na OIT; na realidade, assina esta convenção, mas não a pratica. A luta pela liberdade sindical é a luta pela liberdade de escolha e decisão da forma como os trabalhadores devem se organizar e esta decisão, definitivamente, é uma decisão dos próprios trabalhadores. É verdade que depois de viver mais de 65 anos em uma estrutura sindical oficial, autoritária e controladora, coloca-se para os trabalhadores uma série de desafios. Devemos pensar em mudar uma lógica de ação sindical, onde se mantenha o princípio classista, baseado na luta de classes, e permita que o trabalhador tenha unidade na sua luta, tudo isto em um outro patamar de organização onde os trabalhadores (e não mais o Estado dos patrões que existe no Brasil) decidam seus próprios rumos.

O neoliberalismo: contradições e desafios

As mudanças ocorridas no chamado “Mundo do Trabalho” atingiram, ao mesmo tempo, os trabalhadores da iniciativa privada e os trabalhadores da esfera estatal. Há elementos iguais e distintos que alcançaram essas duas esferas de trabalhadores. Principalmente porque as chamadas desregulamentações dos direitos sociais aparecem também como desregulamentação dos direitos trabalhistas para os trabalhadores do “serviço público”. Em geral, os resultados desse processo são destruidores, no entanto, com intensidade distinta de acordo com o ramo de atividade. Até agora, o que se verifica é que categorias que são atingidas pelas mudanças tecnológicas (como bancários, trabalhadores de rádio e TV e metalúrgicos) sofrem conseqüências mais profundas, assim como os servidores, pois o rebaixamento progressivo de investimento estatal nas áreas sociais e o repasse dos serviços para a iniciativa privada exigem, para se fazerem completos, alterações complementares nos contratos de trabalho, na organização das carreiras, nos salários e no vínculo. No Brasil a década de 90 marca esse processo.

É verdade que todo esse processo ocorre como produto do neoliberalismo, que representa uma nova fase mais aprofundada de imperialismo, senil e concentrador. É verdade também que, diferente de muitos países, a formação social brasileira vai conhecer os seus danos principalmente a partir de 1995. A década de 80 marca a implementação do projeto, no imediato pós do mundo bipolar, em países como o México, a Argentina, a França, a Inglaterra e em toda uma região, como foi no Sul Asiático. No Brasil, essa década representou um suspiro de transição para um processo de redemocratização. Este trânsito, por sua vez, foi obstruído pelos governos consecutivos que se instalaram, a começar pelo de Collor. A fragilidade do Governo Collor e a necessária arrumada da casa no interior da burguesia, que o Governo Itamar teve que operar, remeteram para o Governo de FHC, que iniciara em 1995 a tarefa de implementar, de fato, cabo-a-rabo, todas as medidas necessárias para as mudanças que hoje estamos vivendo. Portanto, uma ou outra ação realizada antes desse período, mesmo que tenha pavimentado o caminho ou implantado alguns fragmentos do arcabouço neoliberal, não possui estatura necessária para uma caracterização mais precisa das mudanças ocorridas. Assim, afirmamos que, em sete anos, o Brasil viveu todo um processo de desconstrução do Estado. Isso não quer dizer que há, paralelamente, uma significativa alteração dos elementos ideológicos que atuam na reprodução do modo de produção. Ao contrário, nesse caso, ocorre um aprofundamento, que acompanha a intensificação de todas as mazelas sociais existentes.

Subjacente a esse debate a respeito das alterações do chamado “mundo do trabalho”, que não existe sem um possível “mundo do capital”, reside a grande polêmica sobre o papel, a vocação e a formação da classe trabalhadora. Alguns afirmam que a classe trabalhadora não é a mesma e que esse processo, ao gerar uma profunda exclusão social, criou setores que devem ser incorporados no mercado. Outros, ainda, dizem que a

classe trabalhadora está acabando e que outros setores, não mais com a caracterização de classe, estão se reerguendo. Nota-se que tais conclusões são tomadas por quantificações estatísticas que constataam a diminuição do número de empregados e/ou a diminuição de categorias importantes como, por exemplo, os metalúrgicos. Conclusão muito comum de tal análise aparece nas proposições da realização de uma “globalização sem exclusão” ou na idéia persistente de “criar um mercado de massas” ou mesmo nas limitadas alternativas de “divisão de renda”. Isso, por sua vez, serviu como base de argumentação para que sindicatos, com líderes convencidos com o fim da classe, substituíssem a ação combativa classista por uma ação que, aqui no Brasil, foi chamada de cidadã. Ou seja, se a classe está acabando, diminuindo, ou ficando impotente, frente às grandes transformações; se os grandes atingidos do processo são os excluídos; se a classe trabalhadora é parte do setor incluído; se o sindicato é uma arma de luta ao lado dos menos favorecidos; faz-se necessário reordenar seu caminho para uma ação de cidadania, pois o mundo, a partir de agora, encontra-se dividido entre incluídos e excluídos e somente o direito ao cidadão, pode apontar para caminhos fecundos.

O resultado disso é que o sindicato se desconstitui como arma de classe, como instrumento de luta e volta a ganhar formatos, antes já existentes, que o transformam em uma grande ONG promotora de ações sociais. Essa tendência é inversa à que foi verificada na década de 80 no Brasil. Nesse período os sindicatos romperam com a ação pelega, assistencialista, associativa, incorporando, como elemento central do seu modelo organizativo, a luta orgânica da classe. Agora marcham no caminho inverso o que permite aparecer nas entidades debates de fundo que assumem importância prioritária como: fundos de pensão, assistência médica hospitalar, sedes campestres, convênios variados e empresas de empréstimos para fazer frente aos baixos salários. Por outro lado, como fruto também desse processo, a ação sindical volta-se para o debate da divisão do lucro, para a gestão coletiva das empresas privadas, para as câmaras setoriais, etc. Tudo isso é fruto de um certo entendimento sobre o processo que vivemos. Isso força, portanto, que tenhamos clareza sobre as alterações ocorridas no chamado “mundo do trabalho”, que tenhamos clareza sobre a situação atual do movimento e que apresentemos alternativas para superar essa triste situação pela qual passamos.

O Mundo do Capital

O aprofundamento do imperialismo, chamado de globalização ou neoliberalismo, adequou o trabalho ao mercado. Um mercado ancorado em uma bipolaridade rala, sem profundas diferenças, que marca a disputa pelo comando do capitalismo em nível mundial. De um lado, o líder Estados Unidos mantém seu poderio militar, sua ainda hegemonia política, mesmo sofrendo de uma baixa profunda em sua própria economia interna. De outro lado a, ainda em curso, unificação européia, que faz frente ao aparente "super poder" americano, sem que represente até o momento uma ameaça real. Fora dessa disputa do império está o Japão. País que ameaçava um forte crescimento até o final da antiga bipolaridade, quando ainda existia o chamado “socialismo real”. Na realidade nova, 1/3 da humanidade está, deliberadamente, sem quaisquer direitos, abandonada à miséria das epidemias obituárias ou às sangrentas guerras de nacionalidade ou religiosas. Vários países da África e da Ásia amargam uma realidade de exclusão total graças a um absolutismo fundamentalista do neoliberalismo.

Nesse processo, houve mudanças nas relações de trabalho; a substituição do fordismo pelo taylorismo é provavelmente uma das principais marcas disso. Substituição essa que não ocorreu apenas por conta de uma alteração administrativa. Ao contrário, respondeu à exigência da nova realidade do capital. Além disso, esse processo tomou todas as esferas do trabalho e não apenas as estritamente fabris. Marcou-se por uma flexibilização generalizada, que atingiu a organização do trabalho, nas fábricas e nos serviços, e exigiu uma especialização flexibilizada. Certamente, tal processo demanda alterações também no campo da legislação, fazendo valer, de alguma forma, a defesa do Estado de Direito. O terceiro elemento constitui uma adequação real da superestrutura, que desvia os aparelhos de propriedade estatal para a lógica privada ou para a própria iniciativa privada. São esses três elementos, de forma conjunta, em uma atuação simultânea, que operaram as alterações no chamado “mundo do trabalho”.

Isso traz para o movimento operário, em todo mundo, a pergunta pouco generosa: a classe que vive do trabalho está desaparecendo? Pergunta identificada facilmente em diversos textos do movimento e de intelectuais que pensam o tema deve ser respondida assim por nós: “a classe que vive do trabalho está cada vez mais diversificada, no entanto, cada vez mais numerosa”. Decerto apenas essa resposta não explica as

contradições, a diversidade e a complexidade do problema. É necessário buscar um entendimento mais profundo sobre o fato, na tentativa, inclusive, de construir caminhos mais eficazes para a luta sindical. Nesse contexto, o que não podemos fazer, com certeza, é cometer o equívoco das rápidas respostas, ou seja, pela adequação, que leva à desintegração dos sindicatos e da luta combativa sindical; seja pelas simplificações dogmáticas, que não conseguem identificar as alterações no mundo e tratam o ocorrido de forma idealista, sem construir, com base nas mudanças reais, novas formas de luta que possam munir a classe de respostas concretas, atuais e eficientes.

A “horizontalização toyotista”, que substitui a “verticalização fordista”, apresenta uma série de obstáculos para a identificação de meios de cooptação. Aparentemente mais democráticos e participativos, os CCQ’s, a gerência participativa, os fóruns tripartite são meios de controle que dificultam a organização nos locais de trabalho e obstaculizam o desenvolvimento da autonomia sindical. Por essa razão, acumula-se uma posição crítica a esses fóruns e, como consequência, a não participação nos mesmos. Outros formatos, muito próximos a esses, aparecem no setor público. Os conselhos de saúde, educação, etc. assumem, no modelo da Reforma Administrativa imposta pelo neoliberalismo, o mesmo significado das mudanças infligidas aos trabalhadores da iniciativa privada. Por isso, temos que denunciar tais fóruns e, deste modo, negar a participação, exigindo que os formatos tenham real controle dos setores organizados.

Se isso não bastasse, não se esgotam na esfera administrativa as grandes mudanças. Também aparentemente menos exploradores são os formatos novos de trabalho, tanto nos serviços quanto na produção. Just in time, kanban, flexibilizações acompanham a lógica de retirada de direitos das terceirizações, subcontratações e mudanças em geral na legislação do trabalho. Isso faz com que um dos grandes desafios da classe trabalhadora, nesse novo período da luta de classes, seja resistir a essas mudanças e fender intransigentemente os direitos conquistados na luta da classe trabalhadora em todo o mundo.

No Brasil essas mudanças aparecem nas Emendas Constitucionais 18 e 19 e na proposição, ainda em curso, de alteração da CLT. A incompreensão do conjunto da classe sobre o real significado das reformas impostas à administração pública, que não construiu alternativa suficiente para as barrar, ao contrário, desenvolveu movimentos de colaboração de classe, não pode ser reeditada na luta em defesa da CLT. É verdade que a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – editada no auge do Governo de Vargas não pode ser tratada, ingênua ou oportunamente, pela classe como mudanças necessárias. Mesmo com a compreensão de que a inspiração da Carta Del Lavoro representou um misto entre concessão e conquista, contendo em seu corpo uma política de controle e colaboração de classe, não podemos cair em armadilhas e abrir mão dos direitos que, mesmo limitados, representem alguma conquista para a classe. A destruição da CLT será um marco nas mudanças do chamado mundo de trabalho e no processo progressivo de desregulamentação do FMI. Temos que ganhar essa batalha barrando as mudanças e acumulando forças para um avanço qualitativo em momento imediatamente posterior.

É necessário registrar ainda que tal processo impôs um aprofundamento da intensificação da exploração. Seja pelo trabalho diversificado que se traduz no “faz tudo” dos serviços, pela manipulação de diferentes máquinas nas indústrias; seja pelo método das luzes (verde=trabalho normal – laranja=trabalho intensificado – vermelho=redução do trabalho); seja pela concepção produtiva imposta nos serviços públicos; em qualquer um desses casos podemos identificar, com facilidade, uma profunda intensificação. Isso, por sua vez, não pode nos confundir. Faz parte de toda a lógica de alteração, que impõe, sem trégua, um rebaixamento da qualidade de vida e a ampliação da margem de lucro dos capitalistas. Para isso é necessário aumentar a taxa de mais valia e diminuir os gastos dos empresários. Somente essa equação pode garantir, como exigido pelos patrões no mundo inteiro, a elevação da margem de lucro.

Na contramão das exigências do movimento operário, o modelo toyotista exige contratos cada vez menos numerosos. A lógica, que inclusive sustenta as terceirizações, subempregos, empregos temporários, etc, se sustenta na prática patronal de adotar, cada vez mais, contratos com o menor número possível de trabalhadores. Sempre foi bandeira do movimento sindical a diminuição da carga horária sem diminuição dos salários e a contratação de novos trabalhadores, apontando para diminuir, em busca da extinção, o número de desempregados. Tal bandeira de luta, totalmente atual, opõe-se profundamente à realidade atual e, se conquistada, fere de morte o modelo que organiza o trabalho, combatendo, ainda mais, o neoliberalismo em sua totalidade. Devemos insistir nessa política e não podemos nutrir esperanças vãs. Isso joga por terra

qualquer possibilidade de negociar políticas similares ao “banco de horas”. Devemos denunciar tais negociações e não aceitar que ela se espraie no interior dos trabalhadores.

Nessa triste realidade pela qual passamos, é comum haver, de um lado, um freio acentuado do movimento e, do outro, incentivos irresponsáveis a negociações que trocam direitos. Não podemos cair nessa lógica de permuta de direitos. Direitos conquistados são para serem defendidos. Da mesma forma, não podemos cair também em uma lógica perpétua de resistência. A apresentação de alternativas, sob a lógica da classe trabalhadora, que reconstituam a organização do trabalho é necessária e premente. Deve-se fazer um esforço para formulação de políticas com essa concepção e esse grau de comprometimento, abrindo uma nova fase, que possa acumular na direção de uma contra-ofensiva operária. Política inclusive que não pode reduzir a classe a uma análise insuficiente que a determina apenas pela função que ocupa nas relações sociais de produção ou de serviços. Devemos avançar para uma formulação mais profunda, na qual a subjetividade da consciência ganhe papel destacado. Vivemos um momento de esbanjar condições objetivas para serem operadas as mudanças; no entanto, momento que agoniza por falta de condições subjetivas. Essa recomposição só poderá ser conquistada na luta, aprofundando a formulação e praticando uma ação classista e combativa que unifique a classe, recuperando sua diversidade e apontando a unidade necessária para que sejam angariadas vitórias acumulativas. Assim poderemos impor uma alteração real na correlação de forças.

O movimento sindical frente às alterações: um balanço necessário

As alterações no chamado mundo do trabalho ocorreram no Brasil, como já dissemos, na década de 90. Nos Serviços Públicos iniciaram, praticamente, em 1995. Já na iniciativa privada, permearam toda a década de 90, atingindo todas as categorias de forma desigual. Tal fato ocorreu por conta de uma ofensiva mundial que aplicou o receituário do FMI e do Consenso de Washington. Aliada a isso se deu a construção de um Governo com força e base social para implementar tais políticas. Foi com FHC que as coisas realmente ocorreram. Hoje, contudo, para completar parte significativa dessa política, é necessário aprovar a reforma da CLT e a Lei Antigreve nos serviços públicos, obstaculizando os servidores de agirem contra o modelo, coisa que vem sendo destaque nos últimos anos. Diante desse fato, a CUT teve um papel duplamente equivocado: não armou os trabalhadores para ação e acabou servindo como obstáculo para unificar os servidores com os celetistas.

Se a CLT existe desde a década de 40, o RJU, contrato que já foi desconfigurado, foi criado em 1990. Foram apenas 5 anos para que, através de MP e decretos, o contrato dos servidores começasse a ser diluído. Na verdade hoje, após as diversas MP e decretos, após a Emenda Constitucional 19/98, o RJU não existe mais. O que existe é a Lei 8.112 toda recortada e modificada. Com certeza um dos desafios centrais, de prioridade “zero” da luta sindical, é impedir as modificações desejadas pelos governistas na CLT. Não podemos confundir a luta pela tradição libertária, o empenho contrário ao formato dependente criado por Getúlio Vargas e prolongado durante toda a nossa formação social, com a destruição de direitos. O fascismo que criou as leis trabalhistas do Estado Novo não é menor que o fascismo que impõem uma lei antigreve aos servidores públicos. Todos os dois fatos compartilham da mesma dosagem de autoritarismo, intolerância e totalitarismo. Nesse sentido, a luta radicalmente contrária ao PL, que pretende aprovar essa lei fascista contra a organização dos servidores, se incorpora à luta em defesa da CLT como prioritária em nossos planos de ação.

A questão é que estamos fragilizados, debilitados, combatidos. Isso é fruto de todo um processo que tomou a década passada. Foi, infelizmente, nos anos de 1990, no imediato pós do fim do chamado “socialismo real”, no processo de implementação do neoliberalismo, que também ocorreu a bifurcação da luta classista. Outros rumos foram encontrados no movimento sindical brasileiro. Rumos que pesaram para a situação ser essa pela qual passamos. As práticas sindicais que se encontram na ante-sala da degeneração não são apenas resultados da nova realidade que se abre no Brasil. Longe disso, fazem parte do conjunto de elementos que empurraram o movimento sindical para a baixa capacidade de reação e luta, com entidades comprometidas, beirando à falência, esbanjando contradições, transbordando burocratização, vazias em seu objetivo fundamental e entupidas de planos de saúde, financiamentos, suportes, assistencialismos, colônias de férias, jurídicos, cooperativas, cidadanias, etc.

Tal realidade, inclusive, muito lembra a imposição do Regime Militar às organizações e entidades. Entre os anos de 1964 e 1978, presenciemos uma ação direta do Estado através dos seus fiéis escudeiros

interventores. Essa passagem militarista não modificou, no essencial, o formato varguista. No lugar disso, aproveitou-se das leis existentes para impor um modelo mais radical dos aparelhos de estado que se inauguravam com o formato oficial. Os sindicatos, assim, tornaram-se grandes associações, penduricalhos diretos do Estado que substituíram sua fragilidade na ação social. Sedes campestres, planos de assistência, consultórios odontológicos, atendimento médicos, tudo isso fazia parte do dia-a-dia das entidades. A razão, portanto, das filiações não foi a luta – interrompida e proibida pelas “baionetas” – mas sim as ofertas mercadológicas de serviços atrativos que os baixos salários não poderiam prover. Por conseguinte, formaram-se “sindicatos associações”, formatos não menos cartoriais, pois os filiados aparecem apenas para usufruir de bons e generosos serviços.

Isso nos coloca uma realidade um pouco negligenciada nas análises. Muitos afirmam que as estruturas das entidades não foram desmontadas e que isso permitiu um impulso do movimento quando os chamados “novos sindicalistas” – mais ou menos combativos – começaram a ganhar os sindicatos. Mas não foi apenas isso que ficou desse processo sombrio. O que ficou foi uma carga ideológica que pesa até hoje na cabeça das pessoas e parece pesar ainda mais na mente de muitos líderes sindicais, que, infelizmente, carimbam ou se somam ao arcabouço que sustenta o retrocesso. As entidades e o movimento, em geral, vivem um retrocesso que impõe aos sindicatos estruturas burocratizadas. É claro que esse não é o único elemento que determina a realidade atual, mas é, certamente, um ingrediente fundamental dessa receita destruidora de mais essa etapa do capital.

Quando o movimento ressuscitou como tal no final de década de 70, o sucesso da luta demonstrada, principalmente, nas greves, indicava a aparência de vários anos com fertilidade combativa. A década que se anunciava, na ante-sala da década de 80, aparentava um grande caminho, uma longa estrada, que foi brutalmente interrompida nos anos 90. De um lado uma surpresa, de outro uma indignação, de outro ainda a demonstração de grande jogo de cintura evidenciando a facilidade de muitos líderes sindicais para adaptações a novos cenários. Se uma parte se dividiu entre surpresos e indignados, outros mostraram que, para manter a estrutura, largariam mão, com agilidade e rapidez, dos projetos estratégicos e das ideologias classistas. A revisão da teoria feita por parte da esquerda, nos últimos anos, teve maior impacto por meio da revisão do conteúdo das lutas e do formato das organizações. Tal fato é interno à própria classe, não é um fator externo, de atores que não fazem parte dos explorados ou que são estranhos às entidades. Ao contrário, são membros bem conhecidos das variadas categorias e, a grande maioria, com tradição de luta.

A criação da CUT em 1983, acompanhada da política do Ministério do Trabalho, tendo à frente Almir Pazzianotto, em 1985 (que aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das DRT's sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor contra as entidades que se opunham à política econômica), foi marcada por fatos importantes que anunciavam um prolongado e novo período do movimento sindical. Além disso, a constituição de 88 revogou uma série de dispositivos que serviam como empecilho à organização, inclusive no que dizia respeito aos servidores. É verdade que isso foi uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que representava um avanço não se proibir mais a organização dos servidores, constituía um retrocesso o enquadramento dos sindicados na estrutura oficial. Essa contradição estava presente na CUT e está presente no movimento. A crítica à estrutura oficial vem, na maioria das vezes, acompanhada de uma reivindicação protecionista e estatal para os sindicatos. Abria-se uma possibilidade de superar um quadro prolongado e aprofundado no momento imediatamente anterior. No entanto, em nada tais fatos representaram um rompimento com o modelo oficial vigente. O acúmulo de forças da época, que anunciava a possibilidade de construção de uma nova realidade, não foi suficiente para superar o modelo vigente que há muito vigorava.

Na verdade, até hoje não se superou tal modelo e temos sinais de haver retrocessos profundos na luta sindical. O problema não reside apenas na continuidade da subordinação das entidades legais ao Estado, assegurada pela estrutura oficial que ainda é vigente, mas também pela prática do principal grupo dirigente do movimento. Soma-se a isso o fato de que as mudanças ocorridas na década de 90 impuseram profundas flexibilizações e acentuadas desregulamentações de direitos, de toda a ordem, juntamente com a ação nada flexível das privatizações. O que temos é um retrocesso profundo em relação à década de 80. Retrocesso esse que justifica a afirmação de que, mesmo com o ascenso e várias vitórias parciais arrancadas, sofreremos grandes derrotas de períodos. As últimas conjunturas marcaram-se por derrotas sofridas pelo movimento operário, uma ofensiva enorme das classes dominantes, que mesmo cambaleando, hoje, continuam na frente.

Alterar esse período da luta de classes é o principal desafio que enfrenta o movimento sindical. Resistir pavimentará esse caminho. Novas conquistas demonstrarão a capacidade dessa reviravolta e será parte das suas conseqüências. Assim almejamos o próximo período.

O processo de industrialização no Brasil forjou uma classe trabalhadora mínima e dispersa até então. A experiência de luta que existia no movimento sindical não era de um setor da classe que vivia do trabalho, graças ao processo de um capitalismo com bases mínimas de desenvolvimento. Tais bases, mesmo em uma formação atrasada e conservadora, foram alcançadas no Brasil através, principalmente, do programa de substituição de importações, que acabou criando um significativo parque industrial no Brasil. Assim se forjaram novos agentes sociais que não existiam propriamente e não se firmaram suficientemente em diferença para romper com o modelo sindical vigente até então.

A aparente crise do sindicalismo de estado, situação contra a qual os sindicalistas da CUT aprovaram, com certa firmeza, sua superação como um dos objetivos estratégicos da Central, não foi senão a crise do estilo militar desse modelo. Crise essa que se instaurava por uma nova e rica organização de lutas, vivas, oxigenadas, com referência real na base social que a sustenta. As estruturas de “sindicatos-associações” estavam ruindo, seu desmoronamento foi anunciado com a progressiva vitória das oposições; estão, todavia, retornando. Retornando com o risco de uma situação ainda pior, na qual os sindicatos retrocedem a formatos de átomos elementares, estratificando não apenas os “aspirados ramos”, mas as próprias categorias, que com toda a influência fascista trazia um corpo de unidade até agora. O projeto neoliberal ambiciona a formação de sindicatos por empresa, apostando numa divisão ainda mais ampla que a imposta durante décadas aos trabalhadores brasileiros.

Na verdade, podemos afirmar que, de todos os elementos previstos pela CUT nos seus três primeiros congressos, apenas um foi angariado: a tomada dos sindicatos pela oposição. Fato inclusive que veio acompanhado, em momento posterior, de um afogamento das oposições organizadas. A maioria da direção da CUT, em geral, trata seu opositor da mesma forma que os pelegos que eram maioria nos sindicatos oficiais, na década de 80, tratavam as oposições cutistas. Isso porque as contradições eram e são visíveis: a) no mesmo instante em que a direção fazia discurso contra o modelo varguista, administrava os sindicatos com as contribuições compulsórias; hoje fazem discurso em defesa da liberdade e autonomia sindical, mas administram suas entidades com o dinheiro do FAT, de planos de saúde, de cooperativas, etc; b) a um só tempo tinham como bandeira a organização pela base e privilegiavam, tão somente, a vitória nas máquinas; hoje abandonaram a organização pela base, mas não deixam o discurso da democracia e da participação efetiva do sindicalizado, chamando-os de associados; c) ao mesmo tempo em que defendiam os ramos, se avançava na estruturação das categorias e da formatação do sindicato como tal; hoje os ramos são apenas um arquivo morto dentro da proposta de sindicatos orgânicos; d) do mesmo modo que falavam do fim da contradição entre capital e trabalho, praticavam acordos com o patrão; hoje, após abandonar a estratégia de lutar contra a exploração, falam em luta de massas, mas dentro da legalidade e apenas para reforçar o movimento institucional.

A cada dia as contradições aumentam e junto com elas cresce o rosário de bandeiras abandonadas ou que servem apenas para enfeitar as enormes pautas de negociação ou os infundáveis planos de luta. Como a estrela fria presa na lapela, a luta pelo fim da contradição capital e trabalho e pela organização da base no local de trabalho não sai do papel ou do discurso. A estratégia sindical, para a maioria da CUT, está limitada às negociações parciais, que envolvem, na maioria das vezes, trocas de direitos ou conquistas de privilégios para uma casta de “aristocratas sindicais”. Sem dúvida, essa prática não apenas é resultado da década de 90, mas teve peso determinante para que a década passada marcasse um recuo histórico no movimento classista e de massas.

No ano de 1987, em plena Nova República, houve 2.188 greves (NEPP/UNICAMP). Número superior à quantidade de greves que tivemos entre os anos de 95 e 2001. Se a greve em si não é um indicador isolado para marcar o processo de colaboração de classe contínuo ao qual o movimento sindical está sendo empurrado, voltemos então os olhos para as negociações. Nestas os sindicalistas aceitam discutir, inclusive, a melhor forma de demissão ou o famigerado torniquete que representa o banco de horas.

Indubitavelmente, temos um balanço negativo do movimento sindical. É certo que tal análise não se restringe a esse movimento, pois a baixa atinge todos os movimentos de massas e os partidos de esquerda. No entanto, a política adotada frente à ofensiva neoliberal tem sido a de buscar se adaptar ao momento e as

condições. No lugar de um sindicato organizado por local de trabalho; sustentado única e exclusivamente pelas contribuições sindicais espontâneas; fortalecido pelo discurso classista, radical na defesa dos direitos, inequívoco na unificação de todos os setores da classe trabalhadora; encontramos uma máquina burocratizada, marcada pela disputa de cargos, rebaixada na politização, força auxiliar do estado, sobrevivendo com dinheiro do FAT ou de outros convênios adicionais, marcada por acordos espúrios e sustentada no corporativismo. Essa estrutura não é coerente com um movimento voltado para a luta de massas e a combatividade. A estrutura atual, que hegemoniza as entidades, é coerente com um modelo de movimento que se firma nas negociações pelo alto, no abandono total da organização por local de trabalho. Há uma predominância da conciliação de classe.

Deve-se ter clareza de que as estruturas são coerentes com sua política e operam a política para qual servem. Não podemos nos iludir acreditando que alcançaremos os nossos objetivos através de qualquer caminho e utilizando qualquer meio. O caminho, os meios, a organização são produtos da política. E isso ocorre independente da nossa vontade. O projeto político que predomina é determinado pelo método, pelo modelo, pela forma com a qual o operamos na luta de classes. Ou discutimos com clareza o projeto político para que, de forma consciente, possamos pensar e trabalhar os instrumentos de luta ou tendemos a reproduzir práticas alienadas que, provavelmente, não acumulam em nosso campo político. Por isso ficou mais fácil resolver os problemas das entidades através de instrumentos de marketing e planejamentos estratégicos, que abafam a diferença e não apontam para o caminho da crítica e da superação das condições.

Por achar que a CUT é um instrumento fundamental para a unificação da classe trabalhadora e da ação de massas na luta de classes, apresentamos prioridades opostas às que vêm predominando na Central nos últimos anos. A direção atual só fará acumular no caminho contrário da liberdade e autonomia sindical; só fará barrar o movimento por sua dependência na legalidade e seus acordos políticos em defesa da institucionalidade; só fará aumentar as estruturas para criar superpotências financeiras que sustente a burocracia e sirva de âncora para as eleições; só fará negociar direitos em troca de migalhas, apostando nos benefícios mesquinhos que pode ter uma pequena e degenerada aristocracia sindical.

Nós temos que buscar outra qualidade. Devemos construir o movimento sustentado na organização por local de trabalho, atuando sobre o processo de alienação, organizando os trabalhadores em sua base de produção e execução da força de trabalho, aprofundando as contradições onde as relações de exploração ocorrem. Devemos apostar na luta de massas, superando os muros da corporação e unificando a classe em grandes ações contra a burguesia, angariando assim vitórias significativas, ampliando a correlação de forças e elevando o grau de consciência dos explorados. Devemos firmar nossa intransigência em relação a qualquer meio de sustentação das entidades que não seja através da contribuição livre e espontânea de cada filiado. Isso nos impõe a responsabilidade de recusar os itens da concepção associativa e apostar na concepção classista, rompendo com os limites das categorias e buscando organizar amplos laços com os trabalhadores. A proposta dos ramos é positiva nesse sentido, no entanto, ela se torna hoje uma armadilha, pois foi amarrada pela maioria da CUT à proposta dos sindicatos orgânicos. Não podemos nos curvar a nenhum modelo que sufoque a autonomia e o peso de decisão da classe organizada em seus próprios fóruns.

A crise da crise do movimento sindical

As mudanças no chamado mundo do trabalho, a situação do movimento operário e os nossos desafios demonstram a realidade de uma crise pela qual passa o movimento sindical. Crise, no entanto, que não está na diminuição do número de trabalhadores ou mesmo no fim do trabalho, como querem nos fazer crer os defensores do sindicato cidadão. Crise também que não se enquadra no simples fato de ter havido uma forte ofensiva neoliberal. Já demonstramos o quanto essa ofensiva se beneficiou da alteração de projeto e de postura da maioria da CUT. A crise vivida pelo movimento é fruto da determinação de vários fatores que nós devemos identificar com clareza e precisão para que assim possamos buscar a superação dessa realidade.

Sem dúvida nenhuma, a crise aparece no movimento através do imobilismo, do adaptacionismo, da incapacidade de respostas, da burocratização, da despolitização. Há uma disputa em curso, a CUT está cada vez mais tensionada por posições profundamente diferenciadas, ousamos dizer que por projetos antagônicos. Contudo, tudo isso compreende apenas a forma com que a crise se apresenta. A crise da crise está, na realidade, em respostas óbvias que não aprofundam o problema. Todo o movimento enfrentou, desde a derrocada do chamado “socialismo real”, passando pela construção do processo de globalização, até os dias

de hoje, um grande golpe. Para que isso sirva como aprendizagem hoje, deve ser pensado historicamente, à luz da luta de classes.

Temos observado respostas simplistas que buscam dar conta da caracterização da crise pela qual transita o sindicalismo brasileiro, como: a) o desenvolvimento tecnológico e as novas relações de trabalho impostas pela globalização exigem uma organização diferenciada que os dirigentes não estão conseguindo construir; b) a quantidade de correntes que há no movimento sindical não permite sua unidade e acaba atrapalhando a luta; c) o capitalismo mudou, o mundo mudou e as formas de luta dos trabalhadores estão superadas, o que indica que o movimento sindical tende a ser superado com o tempo; d) há uma crise de direção no movimento que, por isso, não consegue identificar os caminhos para essa nova etapa histórica. Enfim, poderíamos ficar detalhando uma a uma as respostas fáceis que aparecem com frequência nos debates e que colocam o problema no interior do próprio movimento. Tendemos a achar, porém, que o problema central é externo ao movimento e que certamente o influencia em sua luta e organização.

Há, é verdade, elementos internos que operam a chamada crise, mas rejeitamos a idéia de que esses elementos internos da classe ou do movimento sejam a diminuição ou o fim daqueles que vivem do trabalho. Essa lógica que a Corrente Majoritária da Central busca impor é nociva, não arma os trabalhadores para a luta e joga o movimento para práticas cada vez mais pelegas e conciliatórias. Por outro lado, há os que “charfundados” no idealismo creditam à prática da maioria da direção da CUT toda a responsabilidade pelos problemas enfrentados pelo movimento. Poder-se-ia, então, pensar que isso seria fácil resolver, pois bastaria retirar tal direção e estaríamos com todos os problemas solucionados. Também não aceitamos essa postulada razão. Como já afirmamos, temos que identificar as variáveis diversas que empurram em descaminhos a luta sindical buscando recuperá-la para a linha combativa e classista e, nesse curso, acumular forças para impor derrotas de fôlego ao neoliberalismo e ao capital.

Identificamos na política neoliberal, que privilegia os interesses do capital financeiro e do capital bancário nacional, e na ilusão de setores da CUT em ampliar os empregos se aproveitando de possíveis contradições que essa política gera com o setor industrial da burguesia, a equação central que amarra o sindicalismo hoje. Tentou-se com as câmaras setoriais operar essa política, mas a opção tripartite logrou um processo de cooptação e conciliação de classe. Lembramos que as contradições que existem na aliança conservadora neoliberal estão, razoavelmente, administradas por meio, principalmente, da política de flexibilizações e desregulamentações dos direitos trabalhistas. É, portanto, uma aventura irresponsável buscar fazer alianças com setores industriais da burguesia, como simbolizou o ato de 1991 convocado por Vicentinho em São Bernardo. Fatos como esse, não menos colaboracionistas que a política varguista, têm hegemonizado a ação dos moderados da CUT. Isso é uma das marcas da crise.

Talvez, o maior exemplo dessas impropriedades está nas Câmaras Setoriais das montadoras de automóveis. Ao mesmo tempo em que as empresas aumentaram em mais de 50% o seu faturamento, só entre 92 e 94, reduziram de 2% para 1,1% sua participação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e demitiram inúmeros trabalhadores. Entre 1989 e 1995 foram demitidos 13,19% dos trabalhadores das montadoras e 26,29% dos metalúrgicos do ABC. Uma redução enorme de postos de trabalho para um Brasil que amarga mais de 50 milhões abaixo da linha de pobreza. A lógica corporativa de funcionamento das câmaras leva os trabalhadores a propor saídas para o seu setor em particular que, via de regra, entram em choque com os interesses do conjunto da classe. Isso amplia o corporativismo, o individualismo, a fragmentação do movimento e acaba gerando uma realidade que interessa, tão somente, à coalizão conservadora. Desta forma o movimento, predominantemente, se enquadra no modelo sindical que o neoliberalismo busca impor no Brasil.

Na verdade, o tal sindicalismo cidadão ou propositivo não é outro senão a prática sindical que freia a luta de classes e prioriza a negociação pelo alto. Tal postura tem sido predominante na ação implementada pela maioria da direção da CUT. Essa política leva, inevitavelmente, a uma conciliação com o neoliberalismo. Foi com base nessa política que Collor encontrou base social para uma ofensiva contra os servidores na figura dos “marajás”. Ofensiva essa que se prolongou com FHC através do carimbo de “preguiçosos”. Se já era difícil uma unidade entre trabalhadores da iniciativa privada e do setor público, a ação corporativa acabou elevando essa dificuldade ao máximo. Não é à toa que a CUT estava presente na negociação da reforma da previdência, negociando, através da figura de Vicentinho. É verdade que: de um lado, os servidores, em sua maioria, não se acham trabalhadores; de outro, os trabalhadores da iniciativa privada não

os consideram como iguais, mas sim como privilegiados. Isso é marca característica da tradição autoritária, patrimonialista e conservadora de nossa formação social. Mas é verdade também que as ações da CUT nos últimos tempos contribuiu para pavimentar o caminho da ofensiva e das mudanças que impuseram (e ainda estão impondo) a maior derrota da história do país aos trabalhadores brasileiros.

Sugerimos a compreensão dessa crise como consequência de um problema mais amplo, ou seja, é resultado da própria crise do movimento socialista, que atinge o movimento sindical, assim como outros movimentos, motivada tanto pelas mudanças³⁰ quanto pela adequação progressiva da maioria dos movimentos sociais, inclusive do sindicalismo (com a exceção do MST³¹ que não cabe nesse texto discutir).

Não podemos cair nas simplificações objetivistas e nem voluntaristas. Apenas dizer que as mudanças neoliberais impuseram contenções ao movimento é tão impotente quanto afirmar panfletariamente que devemos retomar as mesmas ações e o mesmo modelo da década de 80. Hoje o Brasil não é o mesmo: cresceu em contratos precários (terceirizações, contratos temporários, convênios, etc) em todas as esferas, inclusive na pública que já alcança cerca de 40% dos trabalhadores nos órgãos; há uma diversidade de contratos, que envolvem contratos provisórios, ampliação dos cargos de confiança, das contratações temporárias e do emprego público no serviço público; houve um processo acelerado de privatizações que alterou a forma de propriedade, transformou os serviços em valores de troca e ampliou a entrada (e a participação) do capital estrangeiro no país; houve uma concentração profunda da prioridade do pagamento da dívida no Orçamento da União, engessando a possibilidade de investimentos em áreas sociais e uma anarquização das responsabilidades com a LRF; houve um processo de desindustrialização, acompanhado pela desnacionalização, que golpeou o parque nacional e a capacidade de produção; foram fortalecidas as bases latifundiárias e do capital financeiro e, como processo que transversalizou tudo isso, ocorreu uma obstrução radical do processo de democratização aberto no início da década de 80 do século passado. Mas esses elementos só fizeram aprofundar no novo século e as condições objetivas caminham para apodrecimento em pleno Governo Lula.

O Governo Lula: adaptação, controle e traição de classe

Que pese ser verdade que com o Governo de Lula não saímos da etapa neoliberal, não é verdade que tudo continua como antes para a esquerda. Houve mudanças profundas impostas por movimentações de classe e o movimento sindical sofreu, talvez como ninguém, o maior impacto da mudança de lado. O fato é que o Governo Lula foi eleito pela esquerda brasileira. O segundo turno representou uma concentração de apoios que criou um leque entre o que podemos chamar de extrema esquerda e setores mais modernos do capitalismo. E é nessa perspectiva que se faz necessário identificar as especificidades do movimento sindical no Governo Lula.

Aquilo que esse governo tem de igual em relação aos anteriores já sabemos: continua aplicando os ajustes neoliberais exigidos pelo FMI e pelos dirigentes do imperialismo. Mas, ao identificar o eixo de ligação do governo com os anteriores, não podemos cair no equívoco de considerar que a equipe palaciana vigente, por continuar o núcleo central da política que estava sendo aplicada no país, seja idêntica às anteriores ou mesmo aja da mesma forma que antes. Isso seria um equívoco e, se o cometermos, as consequências aparecerão na análise do movimento sindical atual.

O Governo Lula pode ser caracterizado como social-liberal, que é um sinônimo de neoliberalismo para os mandatos que fazem o giro da esquerda para a direita quando assumem mandatos e mantêm a política econômica neoliberal, com políticas sociais populistas, demagógicas e compensatórias. Isso também não explicaria suficientemente a diferença entre o núcleo central do grupo atual que conduz a política do Estado burguês no Brasil em relação ao anterior. Principalmente porque a origem social do presidente vem do interior do grande grupo de explorados, primeiro de um setor da periferia, depois do centro, ou seja, dos trabalhadores braçais qualificados (vulgarmente chamados de operários). Também porque a origem do núcleo central do time governista é de esquerda. Não necessariamente socialista e longe de ser revolucionária; mas é um grupo que teve a principal expressão da esquerda na história do Brasil (com certeza após a ditadura e, podemos arriscar, durante toda a história do país). Movimentar todo esse espectro

³⁰ Mudanças das últimas três décadas no mundo, que teve início no Brasil a partir da década de 90. Falamos do neoliberalismo.

³¹ As limitações e contradições do MST frente ao capitalismo e à luta de massas devem ser mais bem refletidas em outra ocasião.

de força anticapitalista para compor a principal base de apoio do capital constitui uma característica que só um governo como o de Lula poderia ter e isso, com certeza, é uma de suas especificidades sem paralelos na história do país. Nenhum outro presidente teve ou poderia ter condições para viabilizar traição de classe tão profunda como essa.

Decerto, essa situação não poderia deixar isento o movimento sindical de suas influências. Assim como não deixa isento qualquer movimento social, seja ele qual for. No entanto, no caso do movimento sindical brasileiro, por suas características históricas e as condições predominantes no período atual, o impacto foi gigantesco.

É verdade que não se pode generalizar o movimento sindical a ponto de transformá-lo, simplesmente, na própria luta de classes. Os sindicatos correspondem a um aspecto específico da luta de classes, por mais que em alguns momentos e locais tenham peso determinante. Não poderia ser diferente, na medida em que a principal contradição do capitalismo reside no antagonismo de classe. Ainda assim, colocar sempre o movimento no centro da luta de classes, independente das condições objetivas e subjetivas, nos faria ter uma visão equivocada da própria luta de classes e não ajudaria a situar no tempo e no espaço o papel do movimento sindical.

Lula foi eleito porque, dentre outras coisas correspondeu a alguns requisitos que valem a pena destacar: a) com a crise aberta da representatividade burguesa gerada, principalmente pelo desgaste do governo de FHC, foi aberta a melhor possibilidade de vitória para as esquerdas no Brasil; b) Lula aparecia como um genuíno representante dos trabalhadores - daquilo que foi chamado de "operariado moderno do ABC" - cultivando uma expectativa de que faria uma política distinta da que estava sendo imposta ao Brasil; c) conseguiu articular um leque de alianças que envolvia desde setores da burguesia (representados na época principalmente pela presença do PL) até os setores mais esquerdistas do campo dos trabalhadores (como foi o tímido apoio do PSTU no segundo turno); 4. Conseguiu o apoio público (tanto estrutural quanto político) da CUT e da grande maioria das suas entidades sindicais filiadas (Confederações, Federações e Sindicatos). Nessa trilha, com um programa dentro da ordem do capital, que apresentava reformas tímidas no campo democrático e popular, mas que afirmava mudar o fundamental da política econômica, Lula derrotou Serra. Pois bem, desse momento em diante o que se verificou foi uma profunda adaptação do que ficou conhecido, no Brasil, como movimento sindical combativo. Foi em uma seqüência prodigiosa de ações conciliatórias, umas após outras, que o setor majoritário da Central Única dos Trabalhadores cometeu equívocos sem paralelos. Sabemos as conseqüências dessa situação: hoje o setor combativo do movimento sindical está dividido entre a desfiliação ou não à CUT. Isso é um problema, pois a principal reflexão agora deveria ser como unificamos o movimento combativo para retomar as lutas e colocar em movimento as campanhas salariais (como fizeram os bancários no final de 2004).

O fato é que é equivocado pensar e caracterizar um movimento sindical determinado levando em consideração apenas suas questões internas. Sempre as questões externas ao movimento – as mais ou as menos dignas – determinaram as disputas. Evidente que o período da luta de classes é determinante para isso. Hoje se vive um período de baixa, de recuo da consciência gerado pelo próprio recuo das massas. A luta de classes segue, como continuará seguindo em qualquer modo de produção por exploração, mas a postura frente à luta de classes é pequena, frágil e ociosa. Esse período é um terreno fértil para a despolitização, para a conciliação de classes, para a burocratização das entidades, para a partidarização, para o esquerdismo.

Nesse sentido, constitui-se uma etapa complicada de ser pensada. Não apenas porque é sempre mais difícil pensar o momento no qual vivemos; mas principalmente porque é complicadíssimo pensar esse momento em especial.

Por outro lado, a CUT, por conta de sua maioria, tem agido como correia de transmissão do Governo. Isso ficou claro em vários episódios: o apoio à reforma previdenciária de dezembro de 2003; os convênios firmados com aparelhos estatais para trabalhos que cabem ao Estado como, por exemplo, educação; acordos de empréstimos bancários com baixos juros, mas com desconto em folha o que garante o retorno aos banqueiros; conciliação pelo alto com o governo no processo negocial dos servidores, no qual a CUT tem passagem em todas os setores que compõem a representação governista; etc. Isso para não falar que o próprio presidente da CUT foi eleito com o aval e a campanha do já eleito Presidente da República. Sem dúvida, essa atitude poderia ser considerada uma intervenção do Governo se não fosse aceito de “bom

grado” pelo setor majoritário no interior da Central. São de fato episódios que demonstram um processo de atrelamento da Central ao Governo.

O PT já fez isso: entregou-se aos braços do pragmatismo governista. No entanto, o PT é um partido e escolheu ser um partido de governo, como o PCdoB também o fez. Mas esses são partidos. A CUT é uma central sindical. Não pode ser tratada como um partido e nem se pode entregar ao Governo uma das principais organizações construídas na década de 1980.

Ainda assim, é compreensível que em momentos de baixa de consciência se consiga fazer avançar tanto as práticas esquerdistas quanto as conciliatórias. A situação do movimento, que agoniza na burocratização, só potencializa tais condições. No lugar dessas excrescências seria necessária a constituição de uma grande unidade para derrotar a política neoliberal. Discutir se a saída é o CONLUTAS ou a CUT serve apenas para desviar o foco da questão central: enfrentar e derrotar o neoliberalismo e a sua versão atual representada pelo Governo Lula. É verdade que alguns setores já foram cooptados; mas, por vezes, parece que outros, combativos, já deram a derrota do movimento como certa e estão contando os cacos para aumentar apenas sua organização. Como se fosse possível crescer em organização socialista mesmo que a classe padeça em ataques. Seja como for, as disputas não podem embaçar a vista dos militantes sobre os principais inimigos nesse momento: o neoliberalismo e o Governo Lula que é, agora, seu principal representante no Brasil.

Além disso, não se pode esquecer que o Governo também é patrão. Nesses dois anos de Governo Lula os servidores federais e os trabalhadores das empresas popularmente chamadas de estatais puderam constatar, na própria relação do trabalho, a caracterização do Governo Lula. No que diz respeito aos servidores o Governo, em uma ação que parecia a inaugurar uma relação democrática, tomou a iniciativa de instalar a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Com a presença de vários Ministros de Estado, dentre os quais destacamos José Dirceu, Mantega, Berzoini, Palocci, foi iniciado, em fevereiro de 2003 um processo negocial. No mês seguinte fechava-se o regimento da mesa e um mês a frente, em abril, os servidores públicos federais, representados pela CNESF, apresentaram uma proposição de DPC e um conjunto de reivindicações. Nenhuma dessas reivindicações foram, até hoje, fevereiro de 2005, discutidas com seriedade, muito menos atendidas.

Nesse intervalo o Governo aprovou a reforma da previdência, a reforma tributária, a lei de falência, várias medidas que aceleram a reforma universitária (decreto 5.205, MP 213/04, lei 10.861 e lei 10.973), a Parceria Pública-Privada (lei 11.079), introduziu entre os servidores o plano especial de cargos, se utilizou das gratificações, precarizou os salários. Não bastasse deixar de rever aquilo que foi imposto pelos governos neoliberais anteriores – o que já é muito ruim – o Governo teve um papel dirigente na implementação de políticas neoliberais que atingem diretamente os trabalhadores do Estado.

Os problemas não se resumem a essas questões. A prática de negociação do Governo tem colocado seu discurso em contradição ativa. O regimento das mesas setoriais e, principalmente, o da mesa nacional afirmam que as negociações são com entidades sindicais. Os regimentos explicitam as entidades, todas no campo da CUT ou da CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais). No entanto, o que se nota é uma negociação com associações e com fóruns que não possuem absolutamente nenhuma legitimidade sindical, mas que estão facilitando a política para o Governo. Decerto que, por trás desse jogo, há uma iniciativa de anular e até quem sabe destruir as entidades combativas. Isso ficou claro no episódio da eleição do ANDES quando o Governo contribuiu ativamente para que houvesse uma chapa disputando com o setor combativo. Após perderem montaram uma entidade no velho estilo pelego do carimbo. Como se não bastasse, fazem um jogo para tentar fragilizar e derrotar a direção atual do ANDES-SN.

Os servidores federais acumulam uma perda de 59,15% até dezembro de 2004, o que exige, para que exista uma recomposição real nos salários, 144,79% de reajuste. Evidente que esse é um debate complexo, pois, com a precarização dos salários no Serviço Público ocorreu um movimento duplo: a) todos os servidores tiveram seus salários precarizados, uns mais outros menos, mas foi uma característica comum; b) para a grande maioria dos servidores públicos federais a precarização salarial significou perda do poder de compra, mas para um setor que ocupa funções chamadas de “típicas de Estado” pelo PDRAE tal precarização se reverteu em ganho. É claro que dos dois lados há exceções. Os trabalhadores das IFES, por exemplo, não possuem mais gratificações ou penduricalhos em seus salários e com isso viram superado o processo de precarização salarial. Ainda que esses mesmos trabalhadores ainda amarguem grandes perdas no seu poder de compra. Não se pode esquecer que as duas políticas de revisão salarial no Governo Lula (2003 e 2004)

foram de reajustes diferenciados, que tenderam a zero e sustentados (mais a segunda que a primeira) nas malfadadas gratificações produtivistas. São irregularidades de uma Administração Pública que, por conta das ações dos sucessivos governos, acabou somando um conjunto enorme de distorções: salários que 80% são de gratificações; mais de 50 gratificações distintas; critérios diferenciados de avaliação; contradições em políticas salariais; inchaço de terceirizações; privatizações internas aos órgãos públicos; ampliação do patrimonialismo; etc.

Não é por menos que os servidores somam a maior base de resistência do Governo e o maior bloco de trabalhadores que rompem com a CUT (isso sem contar com o rompimento com o PT e a adesão a partidos como PSOL e o PSTU). Esse movimento da direção, infelizmente, não é totalmente expresso na base. As condições imposta pelo Governo, muitas vezes, nutre conseqüências na contra-mão da história, fazendo com que setores dos servidores se aproximem de partidos como PFL ou o PSDB, por conta do discurso frágil de oposição. Uma oposição que se limita a disputar quem representa melhor o capital. Não é uma oposição de classe e sim uma oposição sobre como se implementa o neoliberalismo no Brasil, já que tanto o grupo liberado pelo PT, quanto o grupo liderado pelo PSDB/PFL, possuem absoluto acordo sobre a política a ser implementada no país. Isso ficou claro no triste e cômico episódio da disputa da Liderança da Câmara dos Deputados Federais. Um Deputado de segundo escalão, despreparado, com tradição conservadora, fraco politicamente, derrotou o candidato do PT. O problema será resolvido, mas demonstra o grau da oposição e o nível de disputa que temos hoje: a oposição verdadeira está mais frágil que antes e precisa se recompor.

Deve-se lembrar, no entanto, que a relação do Governo não se dá apenas com servidores públicos, mas também com os trabalhadores das Estatais, empresas públicas e empresas de economias mistas. Mesmo que não sejam relações tão diretas como com os servidores, também nessas relações é o Governo o patrão. Nesse sentido, a luta dos bancários em 2004 foi exemplar, pois, colocou em xeque um Governo que vem tratando o sistema financeiro com um grande banquete dos lucros e abriu os braços para os irmãos siameses dos banqueiros que são os fundos de pensões. A luta dos bancários teve um caráter profundamente positivo e conseguiu alcançar patamar de mobilização de massas.

Não foi por menos que o ano de 2004 foi encerrado com uma grande manifestação em Brasília. Mas ainda não se chegou no patamar exigido para barrar as contra-reformas que estão sendo encaminhadas ou estão por vir (universitária, sindical, trabalhista, etc). E do ponto de vista do movimento sindical o maior golpe se materializará na “contra-reforma sindical”. O conjunto da obra é um dos ataques mais profundos e diretos ao movimento sindical brasileiro que, para ser combatido, será preciso costurar talvez a mais profunda unidade classista que já tenhamos visto no Brasil. Mesmo porque nem todo o projeto é claro e possui uma série de submarinos. É verdade, porém, que alguns elementos estão mais do que óbvios no anteprojeto de lei. Podemos citar alguns:

1. A imposição do modelo sindical orgânico. Isso ocorre pela diferenciação do sindicato com representatividade para o que não tem representatividade. Este último, para existir, precisará se ancorar em uma Confederação ou em uma Central Sindical. Por sua vez o sindicato que o projeto diz ter representatividade (o que conseguir alcançar os 20% de filiação de sua base) será orgânico ao Estado. Essa organicidade se dará por meio da adoção de um Estatuto Padrão, exigência *sine qua non*, junto ao índice de filiação, para que o sindicato não esteja ligado a uma instância superior. Todas as entidades que não forem ligadas a uma central ou uma confederação terão que adotar essas medidas. O que for vinculado a uma Central (ou confederação) será orgânico a sua entidade superior. De qualquer forma, como podemos ver, o modelo que prevalecerá será o de sindicatos orgânicos.

2. Outro elemento exposto com a mesma obviedade é a substituição do Imposto Sindical Compulsório pelo tal imposto negocial. Qual a diferença nesse caso? Podemos dizer que basicamente duas. A primeira é a tendência ao aumento da tributação do trabalhador. Hoje se paga cerca de 3,3% do salário de um mês, no caso o mês de março. Com o novo formato passar-se-á a pagar cerca de 13% de um salário mensal ou 1% do salário anual. Um aumento substancial. Mas há algo para além disso. O dinheiro será administrado pelo CNRT (Conselho Nacional de Relações do Trabalho) que também será criado pela reforma. Cada câmara bipartite movimentará sua parte (governo + patrões e governo + trabalhadores). A possibilidade de utilização do dinheiro será facilitada em relação aos dias atuais. O CNRT decidirá em que poderá ser gasto o dinheiro que vem dos trabalhadores e dos empresários e as Câmaras Bipartites movimentarão os valores, de acordo com suas opções e prioridades, dentro dos critérios criados pela “Grande Câmara Tripartite” que será

o CNRT. Poderão investir em fundos privados de previdência, nas ONG, na Fundação Roberto Marinho, em Formação Profissional, em sorteios de carros no dia do trabalho, etc.

3. Não será instituída a liberdade sindical e sim a pluralidade sindical. O que ocorrerá é que poderá haver vários sindicatos em uma única base. Mas a dependência e a subordinação que hoje as entidades mantêm em relação ao Estado, representado principalmente na figura do Ministério do Trabalho e Emprego, dará lugar à subordinação ao CNRT, às Centrais Sindicais e até ao próprio Estado (pelas exigências do Estatuto padrão). Passaremos de um sindicalismo de estado imposto para um modelo de sindicalismo de estado consentido. E isso ocorrerá nas piores condições, pois, haverá pluralidade sindical com uma série de requisitos que permitirá o patrão fazer o seu próprio sindicato e forçar que os trabalhadores nele se filiem. Isso porque um dos critérios para a entidade continuar existindo como sindicato é, justamente, sua aceitação permanente em negociar. A negação à negociação pode levar o sindicato perder o seu carimbo (que a partir da reforma será dado pelo CNRT). Certamente, os patrões preferirão negociar com sindicatos “mais confiáveis” para eles e “menos confiáveis” para os trabalhadores. Levando-se em conta que a negociação será vertical, em escala de importância da Central até o sindicato, imaginem o que sobra para a base negociar. Na prática cria-se um obstáculo objetivo para a existência das OLTs (já tão caras à organização sindical no Brasil).

4. Haverá uma nítida tendência de impor uma situação de criminalização aos sindicatos. Não será admitido às entidades que não sejam reconhecidas pelo CNRT se auto-reivindicarem sindicatos. Isso será considerado uma "atividade ilegal". É claro que justificará, entre outras coisas, intervir diretamente nas entidades que incomodarem.

Enfim, essas e outras são questões óbvias que não passam despercebidas nas linhas do projeto. Mas há dois elementos estratégicos, para o neoliberalismo, que tendem a ficar nas entrelinhas e não ser muito lembrados. O primeiro diz respeito à substituição do legislado pelo negociado. É evidente que a lei não diz com todas as letras que a lei no Brasil não serve para nada. Isso seria uma contradição, pois seria como admitir que a burguesia explora os trabalhadores ou que o projeto de PPP e a lei de falência foram feitos para constituir uma base institucional-legal de um “capitalismo sem risco”.

O projeto afirma que a negociação tem primazia, não é por menos que o projeto altera o conceito de sindicalismo: “sindicato é aquele que negocia e vive para negociar”. Segundo o projeto, o objetivo das entidades sindicais é a negociação e para isso devem se organizar. Além disso afirma que a negociação inicia na central e segue, em uma escadinha, até chegar ao chão da fábrica. Cada instância, por sua vez, pode decidir aquilo que pode ser alterado ou não pelos sindicatos. Pronto, foram estabelecidas as condições para que a negociação prevaleça sobre a lei. Não precisam mais acabar com a lei. Quando chegar a reforma trabalhista, é só criar um artigo que diga: “o trabalhador tem direito a tudo isso dependendo da negociação coletiva”. Com isso farão ainda pior que a filiação forçada na era Vargas, quando os sindicatos tinham que se filiar ao Ministério do Trabalho para que sua base tivesse acesso aos direitos da CLT. Só que dessa vez querem que o sindicato se adapte ao próprio conceito pelego de que o objetivo da entidade é negociar para alterar a importância das entidades na luta de classes. A negociação de instrumento passa a ser o objetivo final; as entidades reforçam a burocracia e a técnica, como se essa última fosse isenta de ideologia; as entidades perdem o papel de organização, mobilização, agitação da classe. Só quem ganha com isso são os patrões.

O outro elemento é uma tentativa de alterar completamente o caráter da entidade, mas também de acabar de vez com a autonomia e a independência. Há no projeto uma tentativa de transformar sindicatos em empresas, pois se cria a possibilidade de que os sindicatos tenham uma atividade econômica. Com isso toda a ação da entidade será voltada para disputar qual a atividade econômica de maior lucratividade. As burocracias ficarão ainda maiores. As condições para que se crie uma aristocracia sindical tupiniquim estarão estabelecidas. Haverá uma grande tendência de os sindicatos perderem de vez o seu papel. Já é possível que as entidades sindicais administrem fundos de pensão e, por conta disso grande parte das entidades já fez seus cursinhos e estão preparando seus “empreendedores sindicalistas”.

Com uma resolução como essa que pretendem impor por meio da reforma sindical, as condições para golpear o movimento estarão mais do que dadas. Nesse período de baixa de consciência e organização e de ofensiva contra o capital, esse tenderá a ser um golpe de morte.

Só se pode esperar que os ainda em dúvida se somem na jornada para barrar essa reforma. A aprovação dela significará enterrar o que foi acumulado de movimento combativo na história do Brasil e principalmente a

partir do final dos anos 1970. Na verdade é uma intervenção no sindicalismo com grau ainda mais superior do que foi feito no Governo de Getúlio. A liberdade sindical é uma conquista que a classe trabalhadora ainda não viu e, do nosso ponto de vista, um requisito estratégico para que o sindicalismo dê um grande salto de qualidade. É verdade, tal requisito não resolverá por si só o desafio que o movimento sindical tem no Brasil e no mundo ao enfrentar os agentes e as derivações do capital. Mas é um obstáculo que, se não transposto, acaba por rebaixar o potencial de luta dos trabalhadores.

Agora a luta por liberdade sindical entra na esteira da ação neoliberal e da resistência às reformas impostas por Lula e seu governo. Não há como derrotar a política sem derrotar o principal representante dela. Não é possível derrotar o neoliberalismo e enfrentar combativamente o capitalismo sem derrotar o Governo Lula. E esse é um desafio imediato para o movimento sindical atual.

Eduardo Alves

Assessor da CONDEF e Cientista Social

Referências Bibliográficas

1. ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
2. _____. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
3. _____. Sobre a Reprodução. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
4. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Federal de Campinas, 2000.
5. _____. O Novo Sindicalismo. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.
6. _____ (organizador). Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos. Boitempo Editorial: São Paulo, 1999.
7. _____. O Novo Sindicalismo no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1995.
8. _____. A Rebeldia do Trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
9. _____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. Boitempo Editorial: São Paulo, 2000.
10. BOITO JÚNIOR, Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
11. _____. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
12. _____. O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
13. CAMPOS, Lauro. A crise completa: a economia política do não. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
14. GORENDER, Jacob. Marcino e Liberatore. São Paulo: Ática, 1992.
15. _____. Marxismo Sem Utopia. São Paulo: Ática, 1999.
16. HARNECKER, Marta. Tornar Possível o Impossível. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
17. IASI, Mauro Luis. Processo de Consciência. São Paulo: CPV, 1999.
18. PETRAS, James. Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.
19. _____. Ensaio Contra a Ordem. São Paulo: Scritta, 1995.
20. Giannotti, Vito e Lopes Neto, Sebastião. CUT Ontem e Hoje: o que mudou das origens ao IV Congresso. São Paulo: Vozes, 1991.
21. Benjamim, César. “Decifra-me ou Te Devoro”. In: Sader, Emir (org.). 1994 Idéias para uma Alternativa à Crise Brasileira. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993